



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1524/15	DATA: 27/08/2015	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 10h09min	TÉRMINO: 12h30min	PÁGINAS: 57

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
GILSON JOÃO PEREIRA - Executivo da Arxo Industrial. JOÃO GUALBERTO PEREIRA NETO - Executivo da Arxo Industrial. SÉRGIO MAÇANEIRO - Executivo da Arxo Industrial. CRISTINA PALMAKA - Presidente da SAP Brasil Ltda.

SUMÁRIO
---------

Tomada de depoimentos. Deliberação de requerimentos.
--

OBSERVAÇÕES
-------------

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.
---



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados ao superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS, com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da Ata da 44ª Reunião, e, sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Peço a dispensa, Presidente.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Peço a dispensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dispensada a leitura por solicitação dos Deputados Carlos Marun e Izalci.

Em discussão a Ata.

Não havendo quem queria discuti-la, coloco a Ata em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata.

Expediente.

Fax do Supremo Tribunal Federal, com decisão do Exmo. Sr. Ministro Dias Toffoli, informando deferimento de medida cautelar no Habeas Corpus nº 129.960, impetrado em favor de Gilson João Pereira, João Gualberto Pereira Neto e Sérgio Ambrósio Maçaneiro, destacando que os pacientes não estão dispensados da obrigação de comparecer perante a CPI da PETROBRAS, mas assegurando o direito constitucional ao silêncio, incluído o privilégio contra a autoincriminação, excluída a possibilidade de serem submetidos a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício de tais prerrogativas, bem como o direito de serem assistidos por seus advogados e de se comunicarem com eles durante as inquirições, garantindo-se a esses todas as prerrogativas previstas na Lei nº 8.906/94. A decisão também desobrigou os pacientes de assinar termo ou



firmar compromisso na condição de testemunhas em relação a fatos que lhes estejam sendo imputados relacionados ao objeto da CPI.

Ofício do Deputado Celso Pansera informando afastamento das atividades parlamentares por 4 dias em razão de problemas de saúde.

Esta Presidência informa que realizou reunião com o Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, oportunidade em que foi apresentado requerimento de reconsideração da decisão de medida cautelar proferida nos autos do Habeas Corpus nº 129.242, que dispensou o convocado Pedro José Barusco Filho de comparecer à CPI para participar de procedimentos de acareação. Participaram da reunião este Presidente, o Relator da CPI, Deputado Luiz Sérgio, o 1º Vice-Presidente, Deputado Antonio Imbassahy, e o Deputado Izalci.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à audiência pública para deliberação dos requerimentos constantes da pauta de Curitiba e para tomar depoimentos dos senhores: Cristina Palmaka, Presidente da SAP Brasil Ltda. no Brasil; João Gualberto Pereira Neto, Executivo da Arxo Industrial; Gilson João Pereira, Executivo da Arxo Industrial; Sérgio Ambrósio Maçaneiro, Executivo da Arxo Industrial.

Após examinar os requerimentos aprovados, esta Presidência informa que a Sra. Cristina Palmaka será ouvida na qualidade de testemunha, prestando o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, sob as penas da lei.

Quanto aos depoentes João Gualberto Pereira Neto, Gilson João Pereira e Sérgio Ambrósio Maçaneiro, considerando o teor dos requerimentos e também a decisão do Exmo. Ministro do STF Dias Toffoli, estes serão ouvidos como investigados, garantindo-se os seus direitos constitucionais elencados na decisão.

Convido primeiramente o Sr. Gilson João Pereira a tomar assento à mesa.  
(Pausa.)

Tendo em vista o teor do requerimento aprovado, e em face do deferimento, pelo Ministro Dias Toffoli, de medida liminar no Habeas Corpus nº 129.960, esta Presidência informa que V.Sa., Sr. Gilson, será ouvido na qualidade de investigado, assegurados os seus direitos constitucionais, ressalvando-se que, quanto aos fatos



que não impliquem autoincriminação, persiste a obrigação de prestar as informações.

Entretanto, informo que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá feitos nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa: o tempo concedido aos depoentes será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão — art. 256, § 2º —, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpelá-los deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. Gilson João Pereira para fazer as saudações iniciais.

**O SR. GILSON JOÃO PEREIRA** - Por orientação dos advogados, eu irei permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Relator, Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Como de costume, eu gostaria de fazer uma pergunta: o senhor permanecerá em silêncio diante de todas as perguntas ou, dependendo da pergunta, V.Sa. estaria disposto a prestar qualquer contribuição a esta CPI?

**O SR. GILSON JOÃO PEREIRA** - De todas as perguntas. Permanecerei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, enquanto Relator, se o depoente se manterá em silêncio diante de todas as perguntas, não trará nenhuma contribuição para que eu possa elaborar o meu relatório. Assim sendo, como tenho tido essa postura com outros depoentes, eu solicito a dispensa do depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, eu só quero deixar registrado aqui que, na realidade, não existe nenhuma questão pessoal, é a primeira vez que eu vejo o senhor aqui. V.Sa. tem o direito de estar amparado pela legislação, *pelo habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal.



Ocorre, Sr. Presidente, que nós vamos elaborar um relatório desta CPI e penso que é um momento, diante dos fatos já ocorridos na prisão, quando o senhor foi preso na operação em relação à Arxo, no depoimento da funcionária do senhor, que trabalhou, que prestou o termo lá no Ministério Público Federal, no envolvimento da sua empresa com Mário Góes, que está em delação premiada, nos preços praticados pela empresa do senhor junto à PETROBRAS, a gente sabe que isso não é nenhum demérito, muito pelo contrário, o Brasil precisa de empresas que deem lucro, mas, menos de 30 dias da deflagração da Operação My Way, o *Valor Econômico* publicou que a Arxo teve um lucro de 150 milhões de reais. O superfaturamento em tanques é uma coisa, segundo as informações que eu tenho, extraordinária. O crescimento da Arxo, depois que ela começou e ingressou na PETROBRAS, é um crescimento extraordinário. E existem diversos questionamentos que poderiam ser em defesa do senhor. Talvez eu possa estar falando aqui alguma coisa de forma incorreta.

Então, o senhor nos frustra muito, só para registrar. Mesmo o senhor tendo um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal, o senhor poderia vir aqui e responder a perguntas que não o incriminassem, mas que talvez pudessem esclarecer. Eu respeito todos os advogados, tenho profundo respeito pelos advogados, pela defesa do senhor, mas acho que isso nem contribui para a sua defesa nem contribui para esta CPI, para esse esclarecimento.

Numa história, é muito ruim quando nós só temos um lado da história. O senhor teria a oportunidade, aqui, de falar sobre algumas questões que não o incriminassem, como a versão da Arxo sobre a história, que é a versão do relatório desta CPI. Esta CPI existe para isso. É desses encontros aqui nas oitivas e das informações que nós temos que nós fazemos um relatório. E eu quero fazer um relatório o mais correto possível. Então, quando nós ouvimos aqui um depoente, nós o ouvimos não no sentido de estar aqui querendo fazer colocações. Às vezes nós até somos obrigados a fazê-lo, pelo menos eu, da minha parte. Quando me sinto desrespeitado, faço colocações realmente mais duras, mas nós gostaríamos de ouvir uma versão.

Então, quero dizer ao senhor que eu fico profundamente frustrado, porque existem diversos questionamentos aqui que poderiam nos fazer ter outra visão do



que eu estou enxergando que aconteceu com a Arxo. Eu só gostaria, com todo o respeito, de fazer essa colocação para o senhor e para os seus advogados. E quero deixar isso registrado aqui, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu quero, antes de dar a palavra aos demais Sub-Relatores e ao autor, dizer que o *habeas corpus* que V.Sa. obteve no Supremo Tribunal Federal diz que V.Sa. terá, claro, direito de permanecer em silêncio — e isso é um direito que, pela Constituição, lhe assiste —, mas que V.Sa. tem a obrigação de prestar algumas informações sobre aquilo que não o autoincriminar.

Não quero aqui jamais fazer nenhum tipo de constrangimento, mas seria muito importante para a CPI — reforçando o que o competente Deputado Altineu tem colocado — a contribuição em responder a algumas perguntas. Isso seria de grande valia. O Deputado Luiz Sérgio fez o seu questionamento, defende a dispensa do Sr. Gilson. Ele não irá fazer mais nenhum questionamento.

Eu indago se algum Parlamentar deseja fazer o uso da palavra.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, eu posso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. é o próximo Sub-Relator e tem até 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu gostaria, Sr. Presidente, de registrar os meus questionamentos, já que o senhor está tendo a postura de não responder. E quero dizer ao senhor que isso nos frustra e, honestamente, o senhor está perdendo uma oportunidade. Diversos depoentes vieram aqui, com a mesma prerrogativa, com o mesmo artifício jurídico do Supremo Tribunal Federal e fizeram uso da palavra naquilo que eles consideravam que podiam falar.

Então, eu acho, por exemplo, que o senhor superfaturou violentamente as vendas para a PETROBRAS. O senhor poderia se defender disso aqui. Eu tenho diversas situações das quais o senhor poderia se defender. O que o senhor vai perder? Absolutamente nada com isso. Vai perder a oportunidade de falar e, na defesa, no processo do senhor, isso já é o que está acontecendo agora, no relatório da CPI.



Nós vamos falar sobre isso aqui. Vamos fazer um comparativo de preços, um comparativo de preços da empresa do senhor, dos relatórios que nós vamos pedir, das fiscalizações da Receita, do Tribunal de Contas, do cruzamento de informações com outras petroleiras no mercado internacional. Vamos falar, por exemplo, sobre os caminhões-tanques que o senhor vendeu, entendeu?

Então, eu acho que o senhor poderia... O senhor não quer, realmente, responder a nenhuma pergunta?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, eu gostaria só de registrar essas perguntas para que nós façamos, futuramente, constar nos próximos procedimentos nossos.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Quero passar a palavra para o Deputado Antonio Imbassahy, que é o autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, eu vou na linha do Presidente e vou fazer alguns questionamentos que de forma nenhuma poderiam suscitar algum tipo de autoincriminação. Espero que ao menos a isso possa o depoente responder.

A primeira pergunta que eu dirijo a V.Sa. é: qual é a área em que V.Sa. trabalha na empresa? Qual é a área responsável da empresa, é a área financeira, administrativa, de engenharia? É apenas para termos um conhecimento um pouco mais detalhado.

**O SR. GILSON JOÃO PEREIRA** - Como eu disse no início, irei permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Eu faço outra pergunta aqui, Sr. Presidente. A Arxo realmente prestava serviço à PETROBRAS?

**O SR. GILSON JOÃO PEREIRA** - Irei permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - V.Sa. poderia fazer algum comentário em relação aos motivos que levaram Cíntia Provesi Francisco a, voluntariamente, formular as denúncias contra a empresa que V.Sa. dirige ou trabalha ou é acionista? Quais os motivos que levaram Cíntia a promover essas denúncias?



**O SR. GILSON JOÃO PEREIRA** - Vou ficar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sr. Presidente, não tenho mais nada a perguntar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Indago se mais...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Peço a palavra pela ordem, Presidente. Eu queria sugerir a V.Exa. e aos demais colegas, considerando que os depoentes estão realmente se dispondo a não falar, que agilizássemos e já passássemos para outro, que possivelmente também poderá não falar, e chegássemos à reunião deliberativa, porque daqui a pouquinho começa a Ordem do Dia. Eu acho que podemos ganhar o dia de hoje a partir da reunião deliberativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Izalci deseja usar a palavra?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu só queria ver se conseguia uma informação que não vai comprometer-lo, porque não é nenhuma pergunta que possa trazer nenhum prejuízo a ele. É só para saber: quando a Cíntia saiu da empresa, qual o motivo pelo qual ela saiu? Houve alguma briga, alguma divergência? É só isso.

**O SR. GILSON JOÃO PEREIRA** - Ainda vou ficar em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mesmo em relação à Cíntia?

**O SR. GILSON JOÃO PEREIRA** - Mesmo em relação à Cíntia.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Está bem. Então, não adianta, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Alguém deseja fazer mais algum questionamento? *(Pausa.)*

Não havendo mais interesse em questionar o Sr. Gilson, S.Sa. está dispensado.

Já convido o Sr. João Gualberto Pereira Neto, Executivo da Arxo Industrial, para tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Sr. João Gualberto Pereira Neto, tendo em vista o teor do requerimento aprovado, e em face do deferimento, pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, de medida liminar no Habeas Corpus nº 129.960, esta Presidência informa que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, assegurados os seus



direitos constitucionais, ressalvando-se que, quanto aos fatos que não impliquem autoincriminação, persiste a obrigação de prestar informações.

Entretanto, informo que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.

Com a palavra, por até 20 minutos, o Sr. João Gualberto Pereira Neto, para fazer as saudações iniciais.

**O SR. JOÃO GUALBERTO PEREIRA NETO** - Bom dia a todos! Por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Luiz Sérgio, pelo tempo que lhe convier.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa., dependendo da pergunta, dispõe-se a prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito? Na elaboração do relatório, evidentemente, nós precisamos de informações. Não podemos aqui contar apenas com a versão que temos do Ministério Público, da Justiça, mas seria muito importante ter também a versão de V.Sa. sobre esses fatos.

V.Sa. está com disposição de contribuir, dentro desse espírito, para que no relatório não conste só a versão da Justiça, mas possa constar também a versão de V.Sa.?

**O SR. JOÃO GUALBERTO PEREIRA NETO** - Irei permanecer em silêncio, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, diante da insistência de permanecer em silêncio e de não responder a nenhuma pergunta, eu mantenho a mesma postura dos outros depoentes e solicito a dispensa do Sr. João Gualberto Pereira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Indago se algum Parlamentar deseja fazer algum questionamento.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, novamente,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Altineu Côrtes, Sub-Relator.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - ... só para que fique registrado, em relação a esse novo depoente, o Sr. João, quero dizer que o problema não é



pequeno. Não é por que tem o *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal e exerce aqui o direito que lhe é garantido de não se autoincriminar, mas ele não está respondendo àquilo que não poderia incriminá-lo. Nessa operação — e, se não me engano, é uma informação, Sr. João —, o senhor foi preso nessa operação? O senhor também foi preso nessa operação? O senhor foi preso pela Polícia Federal?

**O SR. JOÃO GUALBERTO PEREIRA NETO** - Irei permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu não sei se o senhor vai permanecer em silêncio, mas o senhor falou “sim”. Sinceramente, eu não tenho essa informação. Dos três que estão aqui, eu não tenho essa informação.

Mas é só para dizer o seguinte: essa empresa, como eu já disse, menos de 30 dias, antes da Operação My Way, que causou a prisão dos proprietários e de um dos diretores da empresa, ela anunciou um lucro de 150 milhões de reais. A previsão de lucro depois era de 200 milhões de reais. Ótimo, muito bom para o País, se fosse lícito. Agora, os contratos superfaturados com a BR Distribuidora, porque não chegou...

A BR Distribuidora, Sr. Presidente — aliás, esse é um outro assunto —, tem que ser alvo eu acho até de uma força-tarefa da nossa CPI, quando faltar pelo menos uns 30 dias de CPI, porque, da corrupção da BR Distribuidora, todas as denúncias são gravíssimas, e o superfaturamento de tanques para a BR Distribuidora, através da Arxo, é uma coisa que envolve talvez bilhões de reais. Fora disso, Deputado Antonio Imbassahy — e aí eu quero que tenhamos todas essas informações —, isso vai se complicar nas delações do Sr. Mário Góes. Nós fomos a Curitiba, o Sr. Mário Góes é um senhor de idade, e ele não conseguia nem ficar em pé direito. Eu falei que a saúde dele estava debilitada, e um dos nossos colegas que estava lá falou: “*Não está, não, ele está fingindo*”. Eu falei: “*Não é possível ele estar fingindo*”. E o Sr. Mário Góes hoje fez delação premiada, está em casa e vai entregar tudo o que ele recebeu de dinheiro, de propina, do povo brasileiro, que a Arxo pagou.

Então, pode ter certeza de que o senhor poderia estar aqui usando hoje o seu tempo para falar aquilo que não o iria incriminar, porque dinheiro que tem hoje, na fortuna pessoal da família e da empresa do senhor, é dinheiro roubado do povo brasileiro.



Eu sou lá de Itaboraí. As pessoas lá estão passando fome. Quando vocês vêm aqui e usam o direito que o Supremo Tribunal lhes dá, que a lei lhes garante, ótimo, mas não respondem àquilo que não pode lhes incriminar, é uma falta de respeito com esta CPI, Sr. Presidente.

Então, mais uma vez, eu quero deixar esse registro e vou deixar as minhas perguntas consignadas. E nós vamos preparar esse relatório, com lupa, comparar os preços da Arxo com os preços do mercado privado; comparar o crescimento da Arxo depois que ela entrou na PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sr. Presidente, como autor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Altineu.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Bruno Covas, Sub-Relator. V.Exa. deseja fazer alguma colocação? Em seguida, falará o Deputado Antonio Imbassahy.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Consta aqui que foram apreendidos na empresa 3 milhões de reais, em dinheiro vivo, além de dólares e euros. Pelo depoimento da Sra. Cristina, nós já entendemos para que era esse recurso. Agora, foram apreendidos também 500 relógios de luxo. O senhor poderia explicar para que eram esses relógios de luxo?

**O SR. JOÃO GUALBERTO PEREIRA NETO** - Irei permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - É uma pena, porque realmente deve ser uma inovação, não é? Eu não consigo compreender, Deputado Ivan, 500 relógios! Não sei se é para usar um por ano ou, durante 2 anos, um por dia, e a cada 2 anos você muda os relógios; não sei se é propina paga em relógio de luxo. Quer dizer, é uma inovação o fato de terem sido apreendidos, numa empresa como essa, 500 relógios de luxo. O senhor, infelizmente, não pode esclarecer, então eu também não vou fazer mais nenhuma pergunta.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Antonio Imbassahy.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Sr. Presidente, apenas como autor do requerimento, quero deixar claro que o que justificou esta convocação, que foi aprovada pelo Plenário da CPI, é que durante a Operação denominada My Way,



da Lava-Jato, ficou caracterizado que essa organização Arxo é uma organização absolutamente suspeita, com práticas criminosas, superfaturamento, envolvimento direto com agentes políticos e agentes públicos da PETROBRAS.

Como disse agora o eminente Sub-Relator Deputado Bruno Covas, durante a operação foram localizados 500 relógios, 3,1 milhões de reais em espécie, além de dólares e euros que estavam lá guardados, um volume bastante expressivo. Há também denúncias baseadas não apenas em indícios, mas em provas materiais produzidas pela Cíntia Provesi Francisco, que compareceu voluntariamente ao Ministério Público Federal para apresentar notícia-crime envolvendo o doleiro Mário Góes; de maneira que há um envolvimento completo dessa organização dirigida também pelo Sr. João Gualberto Pereira na Operação Lava-Jato.

Então, é gravíssima essa denúncia, inclusive com indícios de remessas de recursos de origem fraudulenta para contas na Suíça, contas identificadas. Certamente, o *habeas corpus* concedido pelo Supremo, um direito que assiste ao depoente, sob orientação do seu advogado, tem que ser respeitado, mas também pelas graves dificuldades que teria aqui o depoente em responder às indagações preparadas pelos mais diversos Deputados desta CPI.

Portanto, eu não tenho nada a perguntar, senão mais uma vez solicitar ao competente Relator Luiz Sérgio e aos Sub-Relatores que, em face a essa situação de total impedimento da colaboração do depoente, que nós aprofundemos, Deputado Luiz Sérgio, as investigações com base nos documentos que já foram recebidos nesta CPI.

Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Indago se mais algum Parlamentar deseja fazer algum questionamento ou alguma colocação. (*Pausa.*)

Não havendo mais Parlamentares com o interesse em indagar, V.Sa. está dispensado, Sr. João Gualberto Pereira.

**O SR. JOÃO GUALBERTO PEREIRA NETO** - Obrigado. Bom dia a todos!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Antes de chamar o próximo membro da Arxo Industrial, eu quero propor aqui anteciparmos a reunião deliberativa, porque nós não ficamos impedidos quando a Ordem do Dia começar.



Sempre às quintas-feiras ela começa um pouco mais cedo, e isso poderá implicar em uma não possibilidade de deliberação com o início da Ordem do Dia.

Então, dou início agora e declaro aberta a reunião deliberativa, e queria propor aqui um acordo. Existem dois requerimentos extrapauta.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente. O que os depoentes que se recusaram a colaborar estão fazendo aqui ainda? Se não querem colaborar, que sigam o seu rumo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Sas. estão dispensados.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Por favor, já foram dispensados! Não querem colaborar, então que se retirem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu quero propor o seguinte acordo: nós temos aqui os requerimentos. Eu preciso dos requerimentos de Curitiba, não os extrapauta.

Nós temos aqui o Requerimento nº 14, de 2015, do Sr. Carlos Sampaio e outros, que *“requer a convocação do Sr. José Dirceu para prestar esclarecimentos a esta Comissão”*; o Requerimento nº 117, de 2015, dos Srs. Eliziane Gama e Moses Rodrigues, que *“requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Sr. José Dirceu, ex-Ministro da Casa Civil”*; o Requerimento nº 538, de 2015, do Sr. Ivan Valente, que *“nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952, e do art. 36, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicita-se a oitiva do Sr. Jorge Zelada, para que, sob compromisso, esclareça os fatos e as circunstâncias relacionadas à investigação das práticas de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS)”*; o Requerimento nº 896, de 2015, do Sr. Ivan Valente, que *“solicita a oitiva do Sr. Alexandrino Alencar, para que esclareça os fatos e as circunstâncias relacionados à investigação das práticas de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS)”*; o Requerimento nº 897, de 2015, do Sr. Ivan Valente, que *“solicita a oitiva do Sr. César Ramos Rocha, para que esclareça os fatos e as circunstâncias relacionados à investigação das práticas de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS)”*; o Requerimento nº 902, de 2015, do Sr. Ivan Valente, que *“solicita a oitiva do Sr. Márcio Faria, para que esclareça os fatos e as circunstâncias*



*relacionados à investigação das práticas de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS)”; o Requerimento nº 1.020, de 2015, da Sra. Eliziane Gama, que “requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Sr. Celso Araripe de Oliveira, ex-gerente de projetos da PETROBRAS”; e o Requerimento nº 1.046, de 2015, do Deputado Celso Pansera, que “requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja determinada a realização de diligência externa em Curitiba/PR com vistas a tomar o depoimento das pessoas ora elencadas, as quais se encontram detidas em decorrência da Operação Lava-Jato”.*

Eu quero, antes de dar a palavra ao Relator, fazer aqui a leitura dos requerimentos que já estão aprovados e dos que estão para serem deliberados, relativos às oitivas que nós iremos realizar na cidade de Curitiba a partir da próxima segunda-feira.

Para a convocação do Sr. João Antônio Bernardi Filho, já há um requerimento aprovado do Deputado João Carlos Bacelar, o Requerimento nº 662; para a convocação do Sr. Otávio Marques de Azevedo, executivo da Andrade Gutierrez, há requerimentos aprovados dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy e Izalci, o Requerimento nº 37; do Deputado Ivan Valente, o Requerimento nº 901; e do Deputado Aluisio Mendes, o Requerimento nº 905. Esses requerimentos já estavam aprovados, por isso não há necessidade da deliberação do requerimento relativo ao Sr. Otávio Marques de Azevedo no dia de hoje.

Para a convocação do Sr. Zelada, temos também já aprovados os requerimentos dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy, Bruno Covas e Izalci, o Requerimento nº 22; dos Deputados Onyx Lorenzoni e Efraim Filho, o Requerimento nº 98. E vamos deliberar hoje o requerimento do Deputado Ivan Valente e o do Deputado Celso Pansera, que também pedem a convocação do Sr. Zelada, para que estes possam figurar como autores dos requerimentos.

Vamos deliberar a convocação do Sr. José Dirceu, com o Requerimento nº 14, dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy, Bruno Covas e Izalci; com o Requerimento nº 117, dos Deputados Eliziane Gama e Moses Rodrigues; e também com o requerimento do Deputado Celso Pansera, para que estes possam figurar como autores na diligência externa.



Para a convocação do Sr. Elton Negrão de Azevedo, vamos deliberar o requerimento do Deputado Celso Pansera no dia de hoje, para que possamos realizar a oitiva.

Para a convocação do Sr. Ricardo Hoffmann, já estavam aprovados os requerimentos dos Deputados Ivan Valente e Eliziane Gama, respectivamente, Requerimentos nºs 686 e 689.

Para a convocação do Sr. Fernando Antônio Guimarães Hourneaux de Moura, vamos deliberar o requerimento do Deputado Celso Pansera.

Temos também requerimento já aprovado para a convocação do Sr. Márcio Faria da Silva, da Construtora Norberto Odebrecht. Vamos deliberar os requerimentos do Deputado Ivan Valente e do Deputado Celso Pansera.

Temos já requerimentos aprovados para a convocação do Sr. Marcelo Bahia Odebrecht, que foram apresentados pelos Deputados Ivan Valente e Aluisio Mendes, e vamos deliberar o requerimento do Deputado Celso Pansera.

Para a convocação do Sr. Rogério Santos de Araújo, temos já aprovados o Requerimento nº 41, dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy e Delegado Waldir; o Requerimento nº 884, do Deputado Onyx Lorenzoni; o Requerimento nº 900, do Deputado Ivan Valente, e vamos também aprovar o do Deputado Celso Pansera, que fez em globo todas as convocações, para que pudéssemos ter autorização para ir a Curitiba.

Vamos apreciar, para a convocação do Sr. César Ramos Rocha, o requerimento do Deputado Ivan Valente, Requerimento nº 897, e o do Deputado Celso Pansera.

E, para a convocação do Sr. Alexandrino de Salles Ramos de Alencar, temos os requerimentos do Deputado Ivan Valente e do Deputado Celso Pansera, que vamos apreciar na reunião deliberativa de hoje.

Informo que constam no requerimento, a ser aprovado, do Deputado Celso Pansera — que *a priori* colocou todos aqueles que foram implicados na Operação Lava-Jato e se encontram detidos em Curitiba — três pessoas envolvidas que não poderão ser ouvidas pela CPI da PETROBRAS. Quem são esses senhores? O Sr. Alexandre Correa de Oliveira Romano, o Sr. Flávio David Barra e o Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva.



Por que eles não podem ser ouvidos pela CPI da PETROBRAS? Porque eles estão no âmbito da Operação Lava-Jato, porém não têm envolvimento com a empresa PETROBRAS e nenhuma de suas subsidiárias. Eles estão envolvidos com irregularidades no âmbito do setor elétrico, o que foge do escopo da nossa CPI.

Então, nós estamos aqui já esclarecendo que essas pessoas não foram retiradas porque estão no requerimento em globo. Suas oitivas serão aprovadas, mas elas não serão ouvidas, porque não cabe a esta CPI adentrar uma área que não seja de sua autonomia de investigação.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu tenho aqui, Presidente — permita-me —, uma questão de ordem exatamente sobre esse ponto que V.Exa. tocou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu estou aqui com uma decisão do Ministro Celso de Mello: decisão monocrática, julgamento em 29 de março de 2007. Ele está analisando aqui uma CPI, que é a do Apagão Aéreo, e ele explicita exatamente o seguinte:

*“Saliente-se, neste ponto, que se revela plenamente viável, a qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, ampliar, de modo legítimo, o campo de suas investigações, estendendo-as a outros eventos (não mencionados no requerimento de sua criação), sem que incida, por tal motivo, em transgressão constitucional, contanto que tais eventos guardem conexão com o fato principal que motiva a apuração congressional” — no caso, a apuração de corrupção em qualquer entidade.*

Então, no meu ponto de vista, essas pessoas que V.Exa. listou são conexas e podem ser ouvidas pela CPI da PETROBRAS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Lembro, Deputado Ivan Valente, que esse parecer, essa colocação que eu estou fazendo está pautada em uma consulta que fiz à Consultoria da Casa. Nós assim já deliberamos quando houve aqui, por exemplo, interesse de alguns Deputados do Partido dos Trabalhadores de estender a investigação para anos que não estavam no escopo do requerimento de criação da CPI. Também não foi permitida essa extensão, por



exemplo, quando a queriam para antes de 2005. Então, nós estamos aqui seguindo aquilo que a CPI se dispôs a fazer desde o início dos trabalhos.

O que eu posso garantir a V.Exa.? Vamos aprovar os requerimentos — eles estão no globo do requerimento do Deputado Celso Pansera — e iremos, mais uma vez, consultar a Consultoria. Sendo possível ouvir essas pessoas, não há nenhum problema por parte deste Presidente, tanto que pautei todos os requerimentos. O que eu não quero aqui é cometer nenhum tipo de injustiça, nem chegar a um lugar ao qual a CPI não pode, por direito, chegar. Eu tenho, enquanto Presidente, que zelar por essa colocação feita, acima de tudo em respeito ao Regimento Interno da Casa, que detém essas restrições para as Comissões Parlamentares de Inquérito.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Quem são os autores desses requerimentos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Celso Pansera.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Ele é o autor de todos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - É o autor desses três requerimentos. Ele é o único autor. Ele se dispôs, na última reunião, a apresentar um requerimento com pedido de diligência externa, para que estejamos lá amplamente respaldados perante a lei. E ele englobou todos aqueles que estão envolvidos na Operação Lava-Jato que ainda não foram ouvidos pela CPI e estão detidos em Curitiba, para que a CPI possa ir lá, com autonomia, ouvir todos aqueles que estão lá detidos.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, Presidente, só para fazermos o encaminhamento correto dessa questão, eu quero dar o exemplo do Sr. Ricardo Hoffmann — já aprovamos aqui sua convocação e vamos ouvi-lo, inclusive —, proprietário da Borghi Lowe Propaganda e Marketing Ltda., a questão da Labogen, que não têm relação direta com a questão da PETROBRAS. Está sendo investigado no processo inclusive o ex-Deputado Andre Vargas.

Eu peço que analisemos com rigor essa questão, em cima do parecer do Ministro Celso de Mello. Eu acho que é algo diferente do problema dos prazos da CPI; eu acho que o problema aqui é de conexão. A CPI tem abertura para avançar nessas questões. Eu insisto que aprovemos os requerimentos, como V.Exa. propôs, e a CPI analise a oitiva dessas pessoas.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu quero propor votarmos todos esses requerimentos em globo, inclusive os que tratam desses temas que não estão no âmbito da CPI — eles serão aprovados, todos —, para que possamos deliberar os dois requerimentos extrapauta. E aí seguiremos com as oitavas.

Pergunto se todos estão de acordo. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Relator, para que possa fazer as suas colocações.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Delegado Waldir, V.Exa., um Deputado extremamente educado, vai aguardar o seu companheiro Luiz Sérgio fazer as colocações e, em seguida, fará uso da palavra.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sem dúvida, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a complacência de V.Exa.

Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Nós iremos a Curitiba. Os requerimentos têm o objetivo de uma praticidade maior, para que, na nossa ida a Curitiba, possamos ouvir as pessoas que estão detidas no Paraná. O Deputado Celso Pansera apresentou coletivamente requerimentos e levou em consideração todas as pessoas que estão detidas. Eu advogo a tese levantada pelo Presidente da Comissão, o Deputado Hugo, de que as três pessoas que ele citou estão detidas por suspeita de envolvimento em questões relacionadas ao setor elétrico.

Nós temos protocolado um pedido de CPI para o setor elétrico. Se nós partíssemos do pressuposto de que uma CPI passa a ter uma abrangência equivalente à da própria Operação Lava-Jato, não precisaríamos aqui pedir a criação de várias CPIs, porque uma acabaria tendo uma pluralidade de ação. Perde-se o foco e perde-se o objetivo.

Então, eu advogo aqui a tese levantada pela assessoria jurídica da Casa. Se no decorrer do caminho foram ouvidas pessoas que estavam fora do foco, que possamos restabelecer o foco PETROBRAS, corrigir possíveis desvios, e não ampliar aquilo que, a meu ver, se constitui em uma abrangência que fugiria ao escopo da CPI.



Em relação aos requerimentos aqui lidos — é bom poder lê-los —, devido à possibilidade de início da Ordem do Dia, eu solicitarei ao Presidente colocá-los em votação em globo. A votação em globo já foi objeto de muitos questionamentos. Então, como são poucos requerimentos, eu reforço o pedido para que possamos lê-los.

Dou parecer favorável a esses requerimentos, para que possamos, na viagem a Curitiba, estar respaldados pela Comissão para ouvir essas pessoas, por meio desses requerimentos que aqui foram relacionados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Luiz Sérgio.

Se todos estiverem de acordo, eu gostaria de colocar os requerimentos em votação em globo. Todos estão de acordo? *(Pausa.)*

Os Deputados que aprovam os requerimentos que foram aqui lidos por este Presidente, amparados pelo parecer favorável do Relator, para que possamos realizar, a partir de segunda-feira, essas diligências externas em Curitiba, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Os requerimentos foram aprovados por unanimidade.

Vamos aos requerimentos extrapauta.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, reforço que, em relação aos Srs. Alexandre Correa, Flávio David e Othon Luiz, o entendimento que predomina no momento é o da assessoria jurídica...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Da assessoria jurídica. Isso!

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - ...de que esses fogem ao escopo. Então, embora estejam aprovados os requerimentos, porque estavam em votação global, não serão...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Isso já foi amplamente esclarecido por este Presidente.

Requerimento nº 1.049, de 2015, do Deputado Federal Ivan Valente, que solicita a realização de acareação entre o Sr. Alberto Youssef e o Sr. Fernando Antônio Falcão Soares.

Para que ele possa entrar na pauta e V.Exa. possa realizar a defesa do seu requerimento, temos que realizar uma votação nominal.



Então, passemos à votação nominal. A votação é feita por meio eletrônico. Declaro aberto o painel para que o requerimento seja votado. *(Pausa.)* Lembro que o quórum é de 15 Parlamentares.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Já está aberta a votação, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Já está aberta. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Delegado Waldir.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR** - Enquanto se vota e permanece o silêncio aqui, eu gostaria de sugerir a V.Exa. que não apenas façamos as oitivas em Curitiba das pessoas que já estão atrás das grades, mas também ouçamos as pessoas que podem ser presas daqui a pouco, antes que a Justiça faça isso. Já temos informação de que eles estão aguardando ser presos. Soubemos ontem de uma grande operação da Polícia Federal — todo mundo ficou sabendo. Há muita gente desesperada. Eu acho que está na hora de trazer o Sr. Paulo Okamoto. Eu queria ver com V.Exa. a possibilidade de pautar sua vinda antes que aconteça a prisão dele e de outras pessoas próximas a ele. Eu gostaria de pedir isso a V.Exa.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Esse pedido já foi feito, inclusive pelo Deputado Izalci, em duas oportunidades, e eu me comprometi a, depois que realizássemos as acareações que realizamos esta semana e essa operação de Curitiba, deliberar sobre esses requerimentos que já estão aprovados.

Falta alguém votar? Todos já votaram?

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, eu queria fazer um pedido a V.Exa. Eu sei que a definição da pauta da Ordem do Dia é uma prerrogativa exclusiva de V.Exa., mas eu sei também que V.Exa. é um Presidente nesta Casa que conversa, que ouve os Parlamentares e chega ao entendimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Obrigado, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Então, em nome disso, eu queria pedir, se possível, que V.Exa. fizesse conosco uma reunião administrativa, para debatermos um pouco sobre a pauta da CPI. Inclusive, esta semana tivemos críticas



muito acirradas em relação aos trabalhos da Comissão, exatamente pelo que estamos acompanhando hoje aqui.

Eu acho que, se pudéssemos rever melhor... Estou lhe pedindo isso com toda a tranquilidade e paz, sem querer entrar em polêmica, em enfrentamento, para não parecer chata, para não passar aqui que estamos querendo criar cizânia ou coisa parecida. Eu queria pedir a V.Exa. que pudéssemos fazer essa reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Como tive o conhecimento de que V.Exa. foi uma das Parlamentares que, como da outra vez, se dispôs a ir a Curitiba, podemos até fazer essa reunião de trabalho lá, já que vamos ficar todos juntos no mesmo local.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós faremos essa reunião lá em um momento adequado.

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - V.Exa. já respondeu em parte. Também não quero ser enjoativo. Fizemos esses alertas, e essa foi uma coisa que foi chamada na semana sem ter sido provocada por nós. A própria falta de quórum para que se possa votar um requerimento — tivemos aqui a presença de 20, 25 Parlamentares, e hoje não se consegue o quórum de 15, que V.Exa. mesmo anunciou — demonstra que precisamos fazer essa reunião. Eu quero corroborar isso, para que possamos dar a esta CPI a vitalidade que V.Exa. quer dar e que eu também quero dar.

É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Irei, na próxima semana, realizar a reunião.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, o requerimento que apresentei como extrapauta tem o apoio de 14 Deputados, faltou um para ter a maioria, para se poder aprovar. Eu gostaria que V.Exa. se comprometesse a colocar esse requerimento na pauta da próxima reunião, para podermos votá-lo.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com certeza, Deputado.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Comprometo-me com V.Exa.

Todos já votaram? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, só um instante, antes de encerrar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Já está encerrada. V.Exa. terá a palavra, mas a votação já está encerrada. Eu não posso aqui retroceder.

O Deputado Ivan Valente com a palavra.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, é lamentável. Nós poderíamos ter esperado 10 minutos e teríamos o quórum.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O quórum necessário seria de 15 Parlamentares.

Foram 10 votos “sim” e 1 voto “não”.

Então a reunião deliberativa está encerrada por falta de quórum.

Voltemos às oitavas.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Ivan Valente está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, nós colocamos um requerimento extrapauta — há também um requerimento extrapauta do Deputado Izalci — numa quinta-feira de manhã para votar questões importantes. Nós tivemos aqui aquela acareação importantíssima. Eu não sei se V.Exas. tiveram a oportunidade de acompanhar na imprensa o balanço do que foi isso aqui: particularmente no jornal da *Globo News*, foi realmente desastroso para a CPI. Eu não quero fazer prejulgamento da imprensa. Eu não sou daqueles que fazem adulação à imprensa, eu quero mais é que as coisas se esclareçam, mas fica claro, Sr. Presidente, mais uma vez, com a convocação dos nossos convidados aqui hoje, que ficam calados, que a CPI vai se esvaziando. Nós não conseguimos votar um requerimento que fala em Youssef e Fernando Baiano.



Agora, está aqui no jornal *Folha de S.Paulo* de hoje que o Sr. Fernando Baiano é exatamente quem foi citado pelo Youssef como sabedor de recursos para a campanha presidencial. Ele é uma figura-chave, nós sabemos. E nós sabemos que a acareação dele com Youssef vai esclarecer muitas coisas, inclusive porque ele começou um processo de delação premiada. No entanto, o nosso quórum...

O nosso Relator poderia propor isso. Ele não quis assinar o requerimento. Vários Deputados não quiseram assinar o requerimento extrapauta. Felizmente, outros assinaram e o requerimento pôde entrar. Nós poderíamos ter esperado 5 minutos.

É evidente que, se vem aqui um convocado e fica em silêncio, vem o segundo e fica em silêncio e vem o terceiro e fica em silêncio, os Deputados não vão se interessar em ficar aqui, vão fazer outra coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan, eu não posso aqui, com o respeito que tenho a V.Exa., tentar adivinhar quem vai vir participar da CPI ou não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Permita-me concluir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Cabe ao Presidente fazer a deliberativa. Eu anunciei a deliberativa na última terça-feira. Eu pautei o requerimento extrapauta de V.Exa. Não foi nenhuma novidade.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Estou falando de outra coisa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Os Deputados que aqui estiveram e saíram por algum motivo de força maior, todos eles eram sabedores previamente da reunião deliberativa.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu estou colocando outra questão, Sr. Presidente.

Naquele dia em que o Youssef veio aqui com o Paulo Roberto, a CPI estava cheia. É óbvio. Se trouxermos aqui Jayme de Oliveira, Solange Almeida, Júlio Camargo, Lúcio Funaro, eu tenho certeza de que a CPI enche. É óbvio. É essa a questão.

Eu quero fazer um pedido formal a V.Exa. Nós vamos semana que vem a Curitiba, mas eu peço a V.Exa., que tem o poder para tal, junto com o Relator, que



paute os requerimentos já aprovados, que nós ficamos 4 meses para aprovar aqui: que é o do Sr. Júlio Camargo, o do Sr. Jayme de Oliveira — no mínimo isso. E paute também esses outros, que precisam vir à luz.

Um empresário lá de Santa Catarina vem aqui e diz “*Vou ficar em silêncio*”, mas uma pessoa que tem a responsabilidade desses que eu estou citando não vai ficar em silêncio aqui.

Por exemplo, o Sr. Lúcio Funaro deu uma entrevista à *Revista Piauí* desse tamanho. Ou seja, ele está falando. Entende? Ele está falando. Ele só não fala aqui na CPI, onde nós deveríamos ouvi-lo, inclusive em relação ao fato da Beatriz Catta Preta. O Sr. Júlio Camargo já falou para a Procuradoria-Geral da República, já falou para o Sérgio Moro. Só nós que não os trazemos aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Ivan Valente, peço que conclua.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Então, eu queria chamar a atenção dos membros da CPI e de V.Exa. para que não esmaguemos a CPI. Precisamos fazer com que ela se projete aqui na Câmara também. Lá em Curitiba pode ser que nós tenhamos mais ou menos a mesma cena, o que é pior. Se botarmos os Deputados 3 ou 4 dias lá e depois cada convocado for falando “*Vou permanecer em silêncio*”, nós correremos o sério risco de ter a CPI em uma situação encurralada.

Eu proporia a V.Exa. que pautasse esses requerimentos já aprovados, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós vamos deliberar sobre isso na reunião de trabalho.

Eu quero, antes de dar a palavra ao Relator, convocar o Sr. Sérgio Maçaneiro para tomar assento à mesa, porque vamos já agilizando os depoimentos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Darei a palavra ao Deputado Carlos Marun em seguida.

Deputado Ivan Valente, vamos seguir o nosso foco de investigação. Essa empresa que está vindo aqui na manhã de hoje é alvo de denúncias.

Eu pude dizer semana passada que para nós a cobertura da imprensa é essencial, porque através dessa cobertura nós prestamos conta ao nosso eleitorado



do nosso trabalho. Só que eu não posso, Deputado Ivan, fazer funcionar esta CPI como uma casa de festas que realiza *shows* e depende do público para poder realizar suas atividades. Quando o público for um público alto, é claro que para nós é importantíssimo, só que, em determinados momentos da investigação, o público não vai ter interesse de estar presente, porque tem interesse em estar acompanhando outras situações. Mas a CPI precisa investigar, como nós estamos procurando aqui investigar essa empresa Arxo.

Então, a nós cabe, neste momento, seguir o nosso foco, seguir a nossa linha investigativa e realizar o nosso trabalho. Quando — repito — isso coincidir com o alto público, com o autoacompanhamento da imprensa, será maravilhoso. Quando isso não coincidir, a CPI tem que ter a habilidade necessária de continuar o seu trabalho e poder no momento certo, que é com a elaboração do relatório, apresentar, sem dúvida alguma, o seu posicionamento com o pedido de indiciamento e de punição dessas pessoas que cometeram delitos, prejudicaram a PETROBRAS e desviaram recursos do povo brasileiro.

Em seguida vai falar o Deputado Carlos Marun.

Tem a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Primeiro, quero dizer que, se o quórum e a atenção neste momento aqui são baixos, é preciso também ter uma radiografia da realidade do momento. Nós temos onze Comissões Especiais funcionando na Casa. Com esta, nós temos cinco CPIs e quatro Comissões Especiais funcionando neste momento. Então, há movimento na Casa. E temos o Plenário já em funcionamento.

Segundo, não dá para fazer sempre aqui uma previsão do possível. O Fernando Baiano foi ouvido no Paraná e optou por ficar em silêncio. E, se neste momento ele está fazendo uma delação, a maior probabilidade é que ele se cale novamente. Então, não é falta de não aprová-lo e não marcar a oitiva com ele. No Paraná, ele esteve no auditório e optou pelo direito constitucional de ficar em silêncio.

Em relação às pessoas que estamos ouvindo hoje, à expressão aqui utilizada — não é peixe pequeno, é peixe graúdo —, estão optando pelo direito constitucional de ficar em silêncio. Isso se constituiu numa dificuldade para a CPI funcionar. Não há aqui nenhum objetivo que não seja o de buscar a verdade dos fatos. A sequência



de liminares, a sequência de pessoas que chegam aqui e optam pelo silêncio evidentemente cria uma dificuldade, mas é uma dificuldade para todos, e não apenas para um ou outro Parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Carlos Marun.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Sr. Presidente, eu fiz questão de votar e votei contra esse requerimento, foi meu o único voto contrário, em função inclusive do que assistimos na última terça-feira, quando foi promovida a acareação entre o Sr. Paulo Roberto Costa e o Sr. Youssef.

Não sei se os colegas membros da CPI observaram a gravidade do que aconteceu aqui nessa acareação. Em determinado momento, um “redelator” — eu não sei como é que pode isso; daqui a pouco faz outra, delata de novo e vai para casa; isso virou casa da mãe joana — informou-nos praticamente e oficialmente...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Exa. me concede um aparte?

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Concedo, sempre.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Por sinal, ontem o advogado de um dos investigados... numa ação no Supremo, pedindo a nulidade da delação do Youssef, em relação a um empresário, houve o empate de 5 a 5, sendo que o Ministro Teori Zavascki não votou porque foi ele que validou a delação. Então, a tese também da dupla, direito de continuamente fazer delações... Tem uma visão que dividiu... É complexa. Nesse momento dividiu inclusive o Plenário do Supremo Tribunal Federal.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Veja bem a profundidade da questão. Mas aí ele nos informa solenemente, o “redelator”, que existe outra delação — nós não sabemos e não podemos saber; se o cidadão chega aqui e diz que quer ficar em silêncio, nós só podemos dizer tchau —, nos informa que está acontecendo outra delação.

Então, ele sabe que está acontecendo outra delação, coisa sobre o que no máximo se especula. E mais do isso, ele sabe o que esse delator está delatando, porque ele diz: *“Esperem, que vocês vão ver o que vem aí”*. Ele sabe o que se está delatando. Vejam o absurdo dessa situação que foi colocada. Depois eu estava pensando: mas é mesmo... Olhem o absurdo.



E, depois de se negar, se arma aqui um palco, até com a presença de um Parlamentar que eu não tinha visto aqui na CPI ainda, pedindo uma investigação, e ele daí decide acusar, diante de todos nós, o Deputado Celso Pansera de ter feito alguns requerimentos no sentido de intimidar. Quer dizer, é o rabo que está abanando o cachorro.

O cidadão chega aqui com apoio de colegas, só faltou levantar, fazer discurso e nos mandar ficar quietos. Faltou só isso: ele olhar para um Deputado aqui e mandar ficar quieto. Faltou pouco para ele fazer isso. E nós vamos armar outro circo para esse cidadão? Então, por isso eu votei contra.

Penso que vários requerimentos estão aprovados, muitos do nobre e eminente Deputado Ivan Valente. Penso que esta CPI tem muito trabalho para fazer em Curitiba, se houver disposição de colaboração. É claro que existe o risco de lá nós darmos de cara com algumas decisões judiciais que podem, sim, inclusive — esse risco existe — nos levar até a uma situação de constrangimento.

Então, votei contrariamente ao requerimento pelas razões que coloquei.

Além disso, há o seguinte: se o Fernando Baiano estiver fazendo delação, coisa que nós não sabemos, mas o Youssef sabe, nós poderíamos até perguntar a ele quem está fazendo delação, quem são os próximos delatores, o que os próximos delatores vão dizer. Quem sabe só se interroga ele, porque ele sabe tudo.

Não haveria por que ele falar. Então, votei contrariamente ao requerimento do Deputado Ivan Valente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Carlos Marun, já com a presença do Sr. Sérgio Maçaneiro.

Tendo em vista que V.Sa. vai fazer o depoimento — obteve inclusive o *habeas corpus*, a Medida Liminar nº 129960 —, esta Presidência informa que V.Sa. será ouvido na qualidade de investigado, assegurados os direitos constitucionais, ressalvando-se que, quanto aos fatos que não impliquem autoincriminação, persiste a obrigação de prestar informações. Entretanto informo a V.Sa. que a sua colaboração para a elucidação dos fatos certamente terá efeito nas conclusões desta CPI e que a versão apresentada nesta assentada poderá atrair para V.Sa. outros benefícios que a lei lhe garante.



Concedo a palavra a V.Sa. para a apresentação inicial, pelo tempo de até 20 minutos.

**O SR. SÉRGIO MAÇANEIRO** - Srs. Deputados Hugo e Luiz Sérgio, demais Deputados, por orientação dos meus advogados, permanecerei em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Com a palavra o Relator, Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Sérgio, nós aqui na CPI teremos a função de elaborar o relatório, que será submetido a este Plenário, que versa sobre a empresa em que V.Sa. é um dos executivos. O que nós temos até então é o que nós colhemos da Justiça, as versões que saíram na imprensa dos inquéritos que estão instaurados. Ouvir os dois lados é um papel importante da Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, eu queria aqui, não no sentido de um apelo, mas no sentido de uma solicitação, pedir a V.Sa. que pudesse refletir sobre esse fato.

Indago, então, com esse argumento, a V.Sa. a sua disposição de contribuir ao responder a alguma das perguntas, para que nós Parlamentares da CPI não fiquemos aqui apenas com uma versão, um lado da história envolvendo a empresa da qual V.Sa. é um dos executivos.

Então, diante desse fato, eu pergunto a V.Sa., dependendo da pergunta, daquela que não irá incriminá-lo, da disposição de V.Sa. de contribuir com esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

**O SR. SÉRGIO MAÇANEIRO** - Sr. Deputado, reafirmo que ficarei em silêncio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, como não trará nenhuma contribuição a esta relatoria, como tenho agido nos outros casos, eu peço evidentemente a dispensa do Sr. Sérgio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Passarei a palavra inicialmente, Deputado, para o Sub-Relator, Deputado Altineu.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, vou aqui começar lembrando palavras do Deputado Onyx, que participou de 12 CPIs. Ele sempre fala que, quando se apresenta aqui um depoente que se cala, quando tem o direito de falar, porque ele tem o direito de falar o que não o incrimina, com todo respeito novamente aos advogados e à decisão do Supremo Tribunal Federal, é porque tem



culpa no cartório. E nós da CPI — neste caso, sentindo-me afrontado com esse tipo de atitude — temos que nos debruçar tecnicamente sobre essas questões.

Eu quero ressaltar aqui, em primeiro lugar, o trabalho do Manoel Alvim, de toda a equipe da CPI. Quero ressaltar o trabalho da Dra. Márcia, do Dr. Álvaro, do Dr. Francisco, consultores legislativos que vão construir o relatório desta CPI conosco. Quero ressaltar o trabalho dos técnicos do Tribunal de Contas, o Dr. Ricardo e o Dr. João, e dizer a eles que nós todos — não somos só nós Deputados que estamos aqui hoje fazendo parte desta CPI — vamos passar. O mandato tem 4 anos, mas isso vai marcar a história do País. E esta CPI é a mais importante que aconteceu no Brasil até hoje pela sua dimensão e por quem ela está atingindo.

Essa é uma empresa que lesou os cofres públicos da BR Distribuidora. Se nós formos falar em linguagem popular: roubou o povo brasileiro. O Sr. Sérgio, que está aqui, foi acusado frontalmente. Inclusive foi acusado de ter ameaçado aquela senhora que trabalhou lá na empresa que delatou o esquema. O Sr. Mário Góes é delator do esquema. Ele vai dizer quanto vocês deram a ele. Segundo as informações que eu tenho aqui... Eu gostaria de ser confrontado com o que falo, você está perdendo... O senhor está perdendo a oportunidade. Desculpe-me até chamá-lo de você, é porque você é jovem. A BR Distribuidora representa 9% do faturamento da Arxo. E eu pergunto: aquele tanque que a Arxo vende lá para aquele cliente foi no mesmo preço que vendeu para a PETROBRAS?

Sr. Presidente, nesses casos, V.Exa., que tem uma profunda experiência, que foi um executivo com trabalho reconhecido, por isso V.Exa. está aqui hoje como Deputado, já foi Prefeito, tem uma larga experiência... Eu estou na minha primeira CPI. É nesses casos que na CPI, em todos os casos, mas, sobretudo, nesses casos, nós temos... E eu quero pedir aqui aos técnicos, aos consultores legislativos, ao TCU que a gente entre em contato, como a gente sempre faz, que cruze informações com o Ministério Público Federal, com o trabalho espetacular dos relatórios da Polícia Federal, para que a gente possa apontar essa roubalheira em que a Arxo está envolvida. Eu tenho certeza de que o patrimônio dos sócios da Arxo já esteja bloqueado. Mas nós precisamos apontar, levantando, usando o Tribunal de Contas da União, a Receita Federal, todos os órgãos de controle, porque, quando chega aqui um cidadão que poderia responder às perguntas que não o



incriminassem e se cala, eu tenho certeza absoluta de que demonstra uma culpa ainda maior. Como diz o Deputado Onyx Lorenzoni, pela sua larga experiência de 12 CPIs, quem senta aqui e se cala é porque tem culpa no cartório.

O senhor sabe que o Sr. Vaccari, o senhor também... O senhor foi preso? O senhor não vai responder. O senhor foi preso na Operação ? Não, né? O senhor não vai responder?

**O SR. SÉRGIO MAÇANEIRO** - Sr. Deputado, neste momento, reafirmo que vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É isso. O Sr. Vaccari veio aqui, permaneceu em silêncio e foi preso. A delação do Sr. Mário Góes pode botar os responsáveis da Arxo para serem presos. Vocês podiam esclarecer questões aqui para que nós talvez não fizéssemos nenhum relatório que pudesse ter alguma coisa que fosse incorreta, talvez até por falta de informação, porque eu não quero fazer um relatório incorreto. Eu quero fazer um relatório justo e correto.

Então, vocês tinham a oportunidade aqui hoje de, tecnicamente, se defender. Isso nos frustra muito e nos causa uma expectativa realmente de que tudo o que vocês fizeram foi realmente como uma quadrilha assaltando a PETROBRAS.

Sr. Presidente, só para encerrar, eu gosto de falar isso, porque eu falo aos senhores advogados e ao senhor — a imprensa e o pessoal que estão aqui cansam de ouvir isso e devem até falar: “o Altineu fala isso toda hora” — que eu sou de uma cidade que foi afetada pela roubalheira da PETROBRAS diretamente, que é a cidade de Itaboraí e a cidade de São Gonçalo. E vocês fizeram parte deste sistema.

Então vocês chegam aqui e, na hora de responder aquilo que podem responder, não respondem? Aí realmente eu fico até mais revoltado do que deveria talvez.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Altineu Côrtes.

Passo a palavra ao Sub-Relator, o Deputado Bruno Covas, pelo tempo de até 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Sr. Sérgio, o senhor conhece a Sra. Cíntia Provesi Francisco?



**O SR. SÉRGIO MAÇANEIRO** - Sr. Deputado, vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - O senhor permanece em silêncio, mas provavelmente deve conhecê-la e deve conhecer o depoimento dela, razão pela qual, inclusive, o senhor foi chamado aqui hoje. Ela disse que a Arxo recebia informações privilegiadas da PETROBRAS.

O senhor pode dizer quem na PETROBRAS passava essas informações privilegiadas para a Arxo?

**O SR. SÉRGIO MAÇANEIRO** - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E por receber essas informações privilegiadas e receber contratos, a Arxo pagava a propina — na verdade, um “pixuleco”, porque aprendemos aqui que não se chama mais propina — de 5 a 10% do total do contrato a empregados da referida estatal.

O senhor poderia confirmar se era essa a margem de “pixuleco”?

**O SR. SÉRGIO MAÇANEIRO** - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A Sra. Cíntia disse também que os sócios-dirigentes que estiveram aqui hoje, o Sr. Gilson João Pereira e o Sr. João Gualberto Pereira Neto, tinham conhecimento do pagamento da propina.

O senhor pode confirmar se eles tinham conhecimento do pagamento da propina?

**O SR. SÉRGIO MAÇANEIRO** - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Segundo ela, a cada 2 ou 3 meses, o Sr. Mário Góes ia na própria Arxo receber este recurso da Sra. Daniela Benta de Souza Fransozi.

O senhor poderia confirmar se era a Sra. Daniela que ia entregar esse dinheiro ao Sr. Mário Góes?

**O SR. SÉRGIO MAÇANEIRO** - Vou permanecer em silêncio, Deputado.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Quando ele não recebia este recurso da Sra. Daniela, ele recebia do advogado da empresa, o Sr. Jairo Romeu Ferracioli Júnior.

O senhor poderia confirmar se ele recebia também do Sr. Jairo Romeu Ferracioli Júnior?

**O SR. SÉRGIO MAÇANEIRO** - Continuarei em silêncio, Deputado.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Só para confirmar aqui com a Mesa, não é o Sr. Jairo Romeu Ferracioli Júnior, advogado da empresa, que está acompanhando hoje o depoente — não é, Presidente? Não. É porque depois que o Zé Dirceu perdeu a OAB, também podem ter outros advogados perdendo a OAB.

Ela disse também que, eventualmente, o senhor é quem levava este dinheiro ao Sr. Mário Góes.

O senhor poderia nos explicar o que é eventualmente levar este recurso? É uma vez a cada 3 meses, é uma vez por semestre, é uma vez por ano? O que é eventualmente levar um “pixuleco”?

**O SR. SÉRGIO MAÇANEIRO** - Reafirmo, por orientação dos advogados: vou permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - É uma pena o senhor não poder explicar aqui umas questões importantes para a gente, como: quem dava essas informações privilegiadas; se realmente o “pixuleco” variava entre 5% a 10%; o que era eventualmente levar esse recurso. Eu espero que o senhor possa, em algum momento, contribuir com esta CPI, até mesmo, se for o caso, negando essas acusações. O senhor pode, inclusive, se for verdadeiro isso, negar as informações. Razão pela qual, Presidente, a gente lamenta muito essa posição, mas termina por aqui a nossa oitiva. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu agradeço ao Deputado Bruno Covas. Não havendo mais Deputados inscritos para fazer questionamentos, eu retorno a palavra para o Sr. Sérgio Maçaneiro, para que ele possa utilizá-la para suas considerações finais.

**O SR. SÉRGIO MAÇANEIRO** - Obrigado a todos. Nada a declarar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Sa. está dispensado. Convido a Sra. Cristina Palmaka a tomar assento à Mesa.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES** - Presidente, eu poderia usar o tempo de Liderança do PR, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. deseja utilizar o tempo já, agora?

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTES** - Isso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - V.Exa. tem o tempo da Liderança do PR.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, eu quero também fazer justiça aqui e dizer que não é só o Manoel, mas toda a equipe do Manoel, as meninas aqui da Taquigrafia, todos que compõem a Secretaria da CPI que nos dão esse suporte aqui. Em nome do Manoel, eu gostaria de citar o nome de todos aqui presentes.

Só para fazer alguns comentários sobre, por exemplo, a questão da nossa ida a Curitiba, que eu considero muito importante. Quero dar os parabéns a V.Exa., ao Relator Luiz Sérgio, aos Deputados que aprovaram nesse sentido esta nossa tarefa. E quero dizer que não é sempre que, com um *habeas corpus*, a pessoa fica calada. O próprio Alberto Youssef esteve aqui, a princípio disse que iria se calar e falou muita coisa.

Então, o que nós temos que fazer é a nossa parte. A CPI tem procurado fazer a sua parte até onde lhe cabe. Existem divergências aqui sobre as convocações, sobre marcar depoimentos. Eu, por exemplo, fui crítico em relação a chamar aqui algumas pessoas que eu considero... E já passei para o Presidente, não vou ser repetitivo aqui, para que isso possa acontecer, como outros Deputados. Mas acho que, dentro das limitações, a CPI tem feito o seu trabalho. Eu acho que nós teremos bons frutos e avançaremos muito, em nossa ida a Curitiba.

Eu tenho falado, por exemplo, em algumas denúncias que tenho feito, em investigações que tenho feito, sobre contratos da PETROBRAS que nós ainda não observamos. Nós aprovamos aqui o Requerimento nº 650, requerimento este que nos dá direito a acessar contratos terceirizados globais da PETROBRAS.

Em relação a esses contratos, nós fizemos esse requerimento, que foi encaminhado à PETROBRAS a mando do Dr. Armando Toledo. Foi feita, naquele momento, logo no final do mês de julho — aliás, no final não, foi antes do recesso — uma ida à PETROBRAS. Eu fui. O Deputado Celso Pansera, em cima da hora acabou não indo, os outros Deputados tiveram conhecimento — foi na semana do recesso — para que pudesse ali até encaminhar uma série de processos, processos que envolvem bilhões de reais e que, na minha opinião, estão sob suspeita.



Tivemos uma reunião, lá, com o Dr. Armando Toledo, que nos atendeu — como sempre atende a CPI — de uma forma muito cortês, muito transparente. O Dr. Armando que é um braço do diretor, é um consultor do Presidente Bendine, e nos atende sempre com a maior transparência. Participaram dessa reunião dois funcionários, um senhor chamado Ézio e uma senhora chamada Luciana, que ficaram de nos dar a totalidade dos contratos no princípio do mês de agosto. Isso não aconteceu. Nos primeiros contratos que nos deram, foram 14 ou 15 contratos, já aconteceu de a Operação Lava-Jato, nas últimas fases, envolver empresas desses contratos. Nós estamos no caminho certo. E esses dois funcionários, o Sr. Ézio e a Sra. Luciana, estão enrolando e atrapalhando o andamento da CPI.

Hoje, entrei em contato com o Dr. Armando. Essa semana já reenviei um *e-mail*. Enviei um *e-mail* para ele hoje, dando um prazo, para que nos entregue até amanhã, justamente para que possamos usar, se possível, em Curitiba, algumas informações desses contratos, mesmo que seja de forma geral, já que não poderemos ler todos, porque são mais de 100 contratos que envolvem pessoas que estão presas. Mas que esses dois funcionários cumpram o seu papel.

Eu já começo a estranhar, Sr. Presidente, essas questões, porque, na realidade, estamos na última semana. Não entregaram os contratos por quê? Os primeiros contratos que entregaram deram problema. E, agora, não estão entregando por quê? Um dos contratos que nós estamos aguardando é, por exemplo, o de locação de imóveis. E aí existe uma contradição dentro do próprio Governo. A Presidente Dilma faz um esforço enorme para fazer um ajuste e economizar dinheiro, mas eu recebi um jornal no sinal, quando fui tomar um café, antes de vir para a Câmara, e está escrito assim: *“Por ajuste fiscal, o Governo colocará 699 imóveis à venda”*. Segundo o Ministro Barbosa, a arrecadação deve atingir 1 bilhão e 795 milhões de reais. Sr. Presidente, está numa péssima hora para o Governo vender alguma coisa. O mercado está horrível. O Governo vai entregar isso de graça. Agora, a PETROBRAS, por exemplo, aluga por 1 bilhão de reais prédios. Então, de um lado, a gente vê a farra do boi; e, do outro, o Governo está querendo apertar numa hora errada.

Para encerrar os meus 5 minutos em ponto, eu quero dizer a V.Exa. que, se esses contratos não forem entregues na semana que vem, eu gostaria de pedir que



a CPI tomasse as providências cabíveis, para que possamos pedir uma busca e apreensão e trazer esses contratos para a nossa CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Deputado Altineu, eu também corroboro integralmente os comentários que V.Exa. faz com referência à atuação do Dr. Armando. Ele tem sido extremamente respeitoso e diligente em atender às solicitações desta CPI. Ele tem estado presente, com muita frequência, na Câmara dos Deputados, para prestar informações e esclarecimentos, de maneira que esta Presidência vai fazer contato com ele ainda hoje, reforçando a sua brilhante atuação.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu gostaria de agradecer a V.Exa. Tenho certeza de que o Dr. Armando está empenhado nisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Não há dúvida nenhuma.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas está sendo, na minha opinião, boicotado por alguns funcionários da PETROBRAS, para nos passarem essa informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito bem. Dirijo-me a Sra. Cristina Palmaka e registro que V.Sa. prestará o seu depoimento na qualidade de testemunha, nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade. Exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos do disposto nos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal. Advirto ainda que o descumprimento, por parte da testemunha desse dever legal, fará incidir sobre si as penas cominadas no crime de falso testemunho, previsto no art. 342 do Código Penal.

Solicito a V.Sa. que proceda à leitura do juramento.

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Mantenho a palavra com V.Sa. pelo tempo de até 20 minutos, para uma apresentação inicial ou comentários sobre o que V.Sa. assim desejar relatar.



**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Bom dia. Estou à disposição da Comissão. Obrigada pelo convite. Estou à disposição para prestar qualquer esclarecimento no que for solicitado. Então, venho aqui para esclarecer o que eu puder, ajudar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Luiz Sérgio, para que faça seus questionamentos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Qual a formação acadêmica e a trajetória profissional de V.Sa.? Quando ingressou na empresa SAP Brasil Ltda. e que funções V.Sa. desempenhou e desempenha neste momento?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Bom, a minha formação é em Ciências Contábeis, pela Fundação Álvares Penteado, com mestrado e pós-graduação pela Fundação Getulio Vargas. Trabalhei 15 anos na Philips, na área de Consumer Electronics, nos últimos 15 anos, trabalho na área de Tecnologia. Trabalhei quase 10 anos na COMPAQ HP, depois da aquisição. Trabalhei 1 ano na SAP, como Vice-Presidente para pequenas e médias empresas. Trabalhei 3 anos na Microsoft. E retornei agora, em outubro de 2013, assumindo a Presidência da SAP, no Brasil.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. poderia esclarecer a esta CPI quantos contratos e quais os valores respectivos foram firmados entre a PETROBRAS e a SAP Brasil nesse período em que V.Sa. está à frente da Presidência da empresa?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Não tenho o número preciso de contratos. A PETROBRAS é um cliente da SAP Brasil de 15 anos. O primeiro contrato foi firmado em 1999 e, ao longo desses anos, a função foi oferecer *softwares* de gestão, adaptando parte financeira e parte de suporte a várias ações da PETROBRAS. Ao longo do caminho, não só serviços, mas também manutenção e *software*. Nesses últimos quase 2 anos, foram alguns contratos. Os contratos de manutenção são sempre pagos mensalmente, vindos de toda essa relação que a SAP tem com a PETROBRAS já há 15 anos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. poderia depois enviar, a esta CPI, todos os contratos dos respectivos valores que foram assinados nesses longos anos de relacionamento com a PETROBRAS?



**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Sim, sim. Os contratos são dos nossos clientes. Como estamos juntos nessa investigação, não vejo nenhum problema de encaminhar, também da nossa parte, os contratos e os valores.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. poderia nos dizer quais produtos eram oferecidos à PETROBRAS e se há outras empresas petrolíferas, em outras áreas de negócio no mundo, que contratam produtos idênticos com a SAP?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Sim. A SAP é uma empresa que vende uma quantidade enorme de *softwares* focados na gestão e é responsável pela manutenção desses *softwares* que nós vendemos. O que vendemos na PETROBRAS são produtos similares ao que vendemos para qualquer empresa, seja do setor público, seja do setor privado, respeitando as características dos clientes, mas não é um produto especial para a PETROBRAS, é um produto comum que a gente vende. A gente vende, de fato, uma solução. A solução sim pode mudar, pode variar, mas o produto em si é o mesmo produto que vendemos no Brasil e vendemos fora do Brasil, tanto para empresas petrolíferas também, por exemplo, como a Shell, como para o nosso segmento privado no Brasil. Então são produtos e soluções não específicos somente para a PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Além da PETROBRAS, há outra petrolífera? Há apenas a Shell? Ou ainda há outras petrolíferas que adquirem essa tecnologia?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Posso pegar com precisão... A SAP participa largamente no setor, com grande participação, eu diria, nas principais. Não sei percentualmente quais seriam as outras. Esses são os dois nomes grandes. No Brasil, a gente tem 11 mil clientes, talvez, alguns também desse segmento, mas não tenho, com precisão, quem são os outros clientes. E, se for de interesse, é só um caso de referência. A própria PETROBRAS é um cliente nosso referência, em várias dessas soluções utilizadas que visam torná-los mais produtivos e eficientes, mas, se necessário for, podemos passar essas referências.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Em relação aos contratos, nós vamos solicitar.

Pairam algumas suspeitas de descontos em contratos entre empresas fornecedoras da PETROBRAS e a SAP Brasil, que tinham como lastros recebíveis



na própria PETROBRAS. O que V.Sa. tem a esclarecer a esse respeito? Há contratos da SAP Brasil com empresas envolvidas na investigação denominada Operação Lava-Jato?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - A SAP, no Brasil, tem 11 mil clientes. A PETROBRAS é um dos principais, e, certamente, a gente fornece para vários segmentos que podem estar sendo alvo de alguma investigação. Não sei precisar exatamente algum nome, mas com a nossa presença em vários segmentos, engenharia e construção, varejo e finanças, eventualmente, algumas dessas empresas também estejam sendo alvo de investigação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E em relação a lastro de recebíveis da própria PETROBRAS?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Isso não?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Não, isso não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Pela experiência que V.Sa. tem em relação às práticas que visam proteger as decisões estratégicas da PETROBRAS, bem como os métodos, os rumos dos negócios e o respeito às chamadas regras de *compliance*, V.Sa. avalia que a PETROBRAS e suas diretorias ainda estão muito vulneráveis? Deixam muito a desejar?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Bom, eu posso responder, no caso da relação da SAP com a PETROBRAS, tanto do nosso contato sempre com a área de tecnologia, com bastante profundidade nos processos que são conduzidos no estudo das soluções e nas necessidades, e pelo lado da SAP, é uma empresa extremamente rigorosa a processos, a códigos de conduta, a políticas e governanças, não somente locais. Localmente, nós temos uma alçada bastante pequena e respeitamos toda a governança da companhia, que é uma empresa global. Então, nós não sentimos nenhuma vulnerabilidade, nem do ponto de vista da relação com o cliente, nem do nosso lado pelas políticas, que seguimos rigorosamente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Ao extrair as análises realizadas pelo Tribunal de Contas da União, em relação à compra de produtos de controle e gestão, segundo o Tribunal de Contas da União o problema não seria com a



tecnologia oferecida, mas com a forma de licitação que exclui potenciais participantes. O que V.Sa. tem a dizer sobre a análise do Tribunal de Contas da União, que levanta a suspeita de que as licitações da empresa que V.Sa. preside teriam sido dirigidas?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - O processo de compras, para qualquer cliente, público ou privado, segue uma análise criteriosa de como participamos desses processos. No caso específico da PETROBRAS, seguimos o que é direcionado pelo cliente. Então, entendemos que há soluções que são necessárias do ponto de vista do cliente, o que fazemos, essa decisão sempre vem do cliente, do modelo de venda. E aí, às vezes, é com licitação; às vezes, sem licitação, por inexigibilidade. Então, o cliente decide para que lado, conhecendo as necessidades de mercado e as nossas soluções. Mas a gente não para só aqui. Do nosso lado, pelo rigor da companhia em governança, em processos, em estarmos seguindo a lei, a lei e as políticas da companhia, adicionalmente, é feita uma análise para confirmar se, de fato, o processo está sendo seguido adequadamente. Então, dentro dos nossos 11 mil clientes, temos clientes que temos inexigibilidade, temos clientes que temos setor público com editais e pregões, e temos vendas diretas para setor privado. Então, é respeitar a lei e aquilo que é direcionado pelos clientes e o que a política nos permite.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa., em uma entrevista divulgada nos meios de comunicação, afirmou que sempre trabalhou em empresas globais, com muitos valores e que não se lembrava de nenhuma situação envolvendo clientes em situações constrangedoras. Essa situação relacionada às investigações na PETROBRAS lhe traz constrangimento? Qual é o sentimento da empresa por ter seu nome envolvido nesse escândalo denominado Operação Lava-Jato?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Eu sigo na mesma credibilidade. Trabalho numa empresa séria que preserva tanto os empregados, a mim, pessoalmente, os nossos colaboradores, porque seguimos os processos de uma forma restrita, correta e rígida. Então, esta afirmação segue. A SAP é uma empresa que se relaciona com os clientes de uma forma muito transparente, ética. E mesmo esses contratos, que foram efetuados ao longo de 15 anos, também foram feitos de forma idônea. As políticas da SAP são extremamente rigorosas para todos os aspectos de ética e



compromissos com a cidadania. Então, continuo com a mesma crença de que as empresas sérias estão com seus valores preservados. E acho que esse é o caminho que acredito.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - V.Sa. podia nos dizer se a SAP Brasil responde a algum processo judicial ou administrativo, que diga respeito aos contratos junto à PETROBRAS? Em caso afirmativo, sob qual acusação?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Desconheço essa informação. Nesses meus últimos 2 anos que estou à frente da SAP, desconheço qualquer processo que tenha sido... perdão, sobre processo judicial. Não.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não? Não responde a nenhum questionamento do Ministério Público? A nenhum processo?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Ah! O.k. Sim, temos um processo de 2000 que questiona a contratação de 99 sobre a inexigibilidade. É um processo que a SAP já proveu as recomendações e todas as provas necessárias. Por falta de provas, não tem uma definição, mas também não tivemos nenhuma definição de não seguir trabalhando com a PETROBRAS. É um processo de 2000. Imagino que seja o único que temos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Imagina?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Sim, é o único processo que temos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - A SAP Brasil pagou alguma vantagem indevida, alguma propina a diretores da PETROBRAS, a agentes políticos? Ela efetuou algum tipo de pagamento a pessoas que intermediaram o contrato da SAP com a PETROBRAS ao longo desses anos?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Não, a SAP não pagou nada. As políticas proíbem qualquer pagamento de propina e campanhas. As políticas são muito claras na proibição, e nada foi pago. A SAP não tem nenhum processo nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E a denúncia do Ministério Público que cita grupo de empresas coligadas de um processo que iniciou em agosto de 1988? A empresa SAP esteve envolvida nesse processo?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Poderia repetir o ano? Em 88, correto?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Em 1998.



**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Em 98, o.k. Bom, a SAP tem 20 anos. Desconheço qualquer processo dessa natureza.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - E o caso que envolve a estatal e a empresa alemã, a SAP, denunciado por Eike Batista no vídeo de uma palestra da USP, em São Paulo, de um processo que se arrasta há anos, em que está incluso, em que figura o ex-Presidente da PETROBRAS, o Philippe Reichstul, e também diretores da PETROBRAS? Qual é a relação da SAP com esse processo e com essa denúncia?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Isso foi uma palestra pública. Não fomos acusados de nada. As informações proferidas pelo Sr. Eike Batista são totalmente infundadas e incorretas, inclusive, nos valores que ele lá menciona. E foi uma palestra, não foi uma acusação. Então, não temos nenhum processo nesse sentido. Mas as informações, elas são totalmente incorretas.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas o Ministério Público, a partir daquelas denúncias, abriu o inquérito para investigar essa questão?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Não, não abriu nenhum processo. Não temos nenhum processo relacionado à opinião que o Sr. Eike Batista dispôs naquele vídeo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não bate com a informação que eu tenho. A informação que tenho é que, baseado na reportagem da *Folha*, o Ministério Público Federal investigou os contratos diretos e encontrou indícios de uma possível ciranda de interesse entre empresas coligadas que se sucederam no processo da compra de licenças, *softwares*, sem licitação, e sua implementação na PETROBRAS. O caso teria começado em agosto de 1998, quando a Diretoria criou um grupo de trabalho para conhecer *softwares* de gestão. E aí segue todo um processo. Essa é a informação que tenho. V.Sa. poderia detalhar essa questão?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Eu desconheço esse processo. Eu vou me dispor a colaborar com os documentos necessários, mas desconheço esse processo em questão.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Muito bem, Sr. Presidente. Vamos prosseguir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Luiz Sérgio.



Passo a palavra para o Sub-Relator Altineu Côrtes, pelo tempo de até 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Sr. Presidente, eu não vou nem usar o meu tempo de 10 minutos, porque o meu companheiro de partido Deputado João Carlos Bacelar, como autor do requerimento, vai prosseguir com algumas perguntas, até que eu concordo. Mas eu quero fazer apenas breves perguntas a V.Sa.

V.Sa. tem um currículo invejável, V.Sa. é uma pessoa muito bem preparada. Eu tive oportunidade de ler o currículo de V.Sa. Nessa Operação Lava-Jato, nós pegamos empresas multinacionais, que trabalham obviamente em diversos países do mundo e que cometeram corrupção aqui no Brasil. A linha de investigação que pelo menos eu estou adotando é a linha, a princípio, técnica, comparativa de preços fornecidos à PETROBRAS e a outros clientes de um mesmo produto ou mesmo de um projeto similar. Se nós temos um projeto que envolve dez pessoas, ele tem um custo; se tem cem pessoas, ele tem outro custo, mas o *software*, ou o sistema, ou o equipamento, é o mesmo.

Eu quero fazer uma pergunta a V.Sa.: a PETROBRAS, nesse sentido, paga o mesmo preço que os outros clientes da SAP?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - A gente não vende um produto, a gente vende soluções, e elas variam basicamente pela solução, número de usuários e volume, volume de metas.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTE**S - Vou dar um exemplo para V.Sa. Por exemplo, eu quero ter acesso a alguns requerimentos que eu vou propor aqui. Eu não sei, acho que nós podemos construir isso em conjunto. São requerimentos de clientes da SAP, como, por exemplo, o Banco do Brasil, eu suponho, a Caixa Econômica Federal, eu não sei, ou a Vale do Rio Doce. Por exemplo, vamos falar sobre RH. RH é RH; o RH é RH. Os preços da SAP são preços compatíveis com os dos outros clientes dentro do mercado nacional? E quanto aos *softwares*, que, na realidade, são importados, em relação a dólar, ao preço em dólar, a SAP é uma empresa mundial, gigante, ela vende para a PETROBRAS a preços compatíveis com seus concorrentes ou não?



Essa é uma pergunta importante que estou fazendo para V.Sa., porque essa é uma pergunta matemática. Então, eu gostaria que V.Sa. fosse precisa, porque a resposta de V.Sa. está consignada aqui e tem um currículo invejável. Então, essa pergunta é matemática: os preços que a PETROBRAS — e eu quero ser bem claro — paga nos produtos, mesmo sendo soluções, são compatíveis com os preços dos outros clientes?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Exatamente, a composição de preço é pela solução e volume, e a PETROBRAS tem um volume expressivo, está entre os nossos principais dez clientes. Então, é compatível com...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, ela tem que ter um preço menor?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ela tem um preço menor, então?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - É compatível com o volume.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Mas ela tem um preço menor?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - É compatível com o volume. Se o volume for maior, sim.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O preço é menor?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Exatamente. É uma regra...

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Então, na realidade, com a pergunta de V.Sa., V.Sa. me respondeu, então, que a PETROBRAS, naturalmente, vamos dizer, de uma forma geral, tem o preço menor do que os outros clientes pelo volume que a PETROBRAS tem.

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Dependendo da solução, porque tem soluções.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - É claro. Estamos falando de soluções similares.

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Exato. Volume e soluções similares, sim. Essa é a regra dos clientes.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Essa não é a informação que eu tenho, e esse é um ponto crucial no levantamento da SAP. A PETROBRAS, pelas informações técnicas que eu tenho, paga mais caro, e muito mais caro, até porque é



em relação ao volume. Então, a informação que eu tenho é o contrário da resposta de V.Sa. Eu quero registrar isso aqui.

Eu tenho outra pergunta para V.Sa. para finalizar.

O meu companheiro vai fazer os questionamentos até no tempo de Sub-Relator também. Eu gostaria que se somasse o tempo, se V.Exa. permitir.

Quem é Álvaro na PETROBRAS?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Álvaro é o nosso contato em tecnologia.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ele tem qual função hoje?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Ele reporta para o diretor, o Mouro, que é Gerente de Tecnologia.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Ele é o contato de vocês?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Sim, ele é um dos. Ele é o principal contato, junto com o time dele, com o nosso time, é um dos contatos.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - O Álvaro?

A SAP já pagou para algum funcionário da PETROBRAS alguma viagem ao exterior para reciclagem, para conhecer produtos, para alguma coisa desse tipo?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - A SAP tem programas que chamamos de Cliente Referência, e a PETROBRAS é um desses. A gente tem vários clientes referência, temos mais de 500 clientes referência. Toda vez que um cliente que quer comprar SAP vai conhecer essa referência e vai à conta, esse cliente ganha pontos. E esses pontos podem ser comprados para comprar *softwares* ou os nossos eventos de treinamento, eventos globais.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - V.Sa. pode se comprometer aqui com a CPI a fornecer quem são, nesses últimos 10 anos, os funcionários da PETROBRAS que receberam esse tipo de — e não diria nem de vantagem, porque não quero prejudicar nada — oferecimento da empresa? V.Sa. pode nos dar os nomes dos funcionários da PETROBRAS?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Imagino que possamos passar, sim.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - V.Sa. pode passar?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Lembro que esse é um programa que todas as empresas têm. A gente tem essa pontuação de clientes referência, ou seja, vários clientes. Temos outras empresas que têm o mesmo procedimento, porque nós não



pagamos nada, nem para viagem nem para os nossos eventos. A única qualificação é um programa, também validado e certificado, em que os clientes ganham pontos e, com isso, podem usar em produtos, aquisição de produtos ou participar dos nossos eventos mundiais.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Eu só estou fazendo esse questionamento e tenho uma outra situação, para finalizar, Sr. Presidente, que é dizer aqui da questão da inexigibilidade dos produtos da SAP. Nessa questão técnica do Tribunal de Contas da União, existem também informações que nós recebemos de que essas inexigibilidades são inexigibilidades por uma espécie de exclusividade, o que, na realidade, não é bem assim. Em relação a muitos produtos, existem produtos concorrentes, e a PETROBRAS deixou de fazer licitação e comprou diretamente da SAP.

Eu quero agradecer e pedir licença a V.Exa. Eu tenho um compromisso aqui numa outra Comissão e vou ter que me retirar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Altineu Côrtes.

Passo a palavra para o Sub-Relator Bruno Covas, pelo tempo de até 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Bom dia, Sra. Cristina! V.Sa. é Presidente da SAP desde 2013? É isso?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Exato, outubro de 2013.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Mas já havia passado pela empresa anteriormente?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - De 2009 a 2010, cuidando da área de pequenas e médias empresas.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa. pode dizer — e não sei se isso é confidencial ou não — quem são os grandes clientes públicos e privados da SAP Brasil?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Essa é uma informação que, junto com os nossos clientes, a gente mantém em confidencialidade. Então, não poderia. Se necessário...



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Eu já imaginava, por isso até...

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Mas a gente tem 11 mil clientes. Então, realmente, pela magnitude, temos uma carteira grande de clientes no Brasil.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Qual é exatamente o tipo de serviço que a SAP Brasil oferece à PETROBRAS?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Nós vendemos *softwares* de gestão. É uma quantidade grande de *softwares* de gestão, desde a parte de suporte até a parte financeira, contábil, a parte de produtos analíticos, em vários casos ajudando a parte de produção de óleo, a gestão de RH, dentre algumas dessas soluções. Então, são soluções robustas.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A empresa vende também algum equipamento à PETROBRAS?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Não, nenhum.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Só a questão de *softwares*?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - E vendemos também a manutenção. Nós somos responsáveis pela manutenção e todo suporte para que o produto esteja funcionando adequadamente. Esse é o nosso escopo de atuação.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Então, hoje, a SAP tem um contrato com a PETROBRAS de manutenção desse *software*? É isso?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Isso. Também temos, temos os de licenças, não vendemos os produtos, e também a manutenção dos nossos *softwares*. É padrão, normalmente, para os nossos clientes. É igual com qualquer cliente nosso. É uma manutenção dos *softwares* que vendemos.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Então, só para entender, são quantos especificamente? Quantos contratos que hoje a SAP tem em relação às licenças e à manutenção desses *softwares*?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - São muitos. São 15 anos em que a gente faz contratos. É uma ordem gigante.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - E os vigentes? Vamos, então, para os vigentes.

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Eu não tenho essa informação precisa, mas podemos fornecer sem problema.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Então, por favor, eu gostaria de saber quais contratos — já que não está na ponta da língua e vai demandar uma pesquisa — têm ou já teve com a PETROBRAS, quando foram assinados, em que valores e se eles sofreram algum aditivo ao longo do tempo, durante a sua vigência. Já que vai pesquisar, a gente aproveita e pede a informação por completo.

O Relator perguntou a V.Sa. se há algum inquérito, alguma ação em andamento, e V.Sa. respondeu. Mas foi apontada alguma irregularidade durante a assinatura ou durante a vigência desses contratos com a PETROBRAS?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Não, nenhuma irregularidade.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Tanto na sua execução quanto nos processos de licitação e contratação?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Muito bem.

Há denúncia de que os valores desses contratos com a SAP e a PETROBRAS tiveram um sobrepreço nos anos de 2006 a 2010. V.Sa. poderia confirmar ou refutar essa acusação?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Sim, são anos em que os valores foram mais altos, suportados em 2006 pela expansão internacional da PETROBRAS. Então, foi uma aquisição de mais produtos para atender a operação internacional, assim como em 2010. O ponto desses contratos — e também poderão estar disponíveis para análise — é que são contratos multianos. Naqueles 2 anos, a PETROBRAS tomou a decisão de emitir contratos que cobrissem multianos. Então, não que o pagamento, o desembolso foi em 2006, em 2010, mas, por exemplo, a manutenção recai sobre o *software*.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A assinatura foi nesses anos, mas não o desembolso?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - A assinatura foi nesses anos, mas a manutenção foi acontecendo ao longo dos outros 3 anos. Em 2010, a mesma coisa. O contrato foi já vendo o escopo total de 5 anos de manutenção que foram assinados, entretanto os pagamentos vão acontecendo ao longo dos 5 anos. Então, eles aparecem como um pico, mas, no final do dia, eles são contratos multianos.



Essa é a razão de eles terem talvez um comportamento diferente dos anos anteriores.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Então, eles tiveram dois momentos. Essa média histórica desses contratos teve dois momentos de subida: tanto em 2006 quanto em 2010? É isso?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Com relação à aquisição de mais produtos?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Exato, mais produtos, novas soluções e mais usuários. Em 2006, com a expansão internacional, a PETROBRAS precisou de mais produtos para atender essas outras localidades. Então, são mais usuários que são incorporados dentro do contrato.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Nenhuma relação com o fato de serem anos de campanhas presidenciais?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Não, nenhuma relação. A nossa política é extremamente precisa na proibição de qualquer envolvimento de qualquer natureza tanto com a parte de eleições como qualquer partido político.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - A SAP é uma filial de uma empresa alemã, correto?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Essa política da SAP vem pela filosofia da empresa controladora, da empresa alemã, ou por causa da legislação da Alemanha? Quanto a legislação alemã contribui para essa posição tanto da SAP alemã quanto da SAP Brasil?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - A SAP é uma empresa global. A gente, obviamente, é regido pela matriz. Então, muitos dos direcionamentos vêm da Alemanha, mas ela atua em mais de 130 países. Então, nós também obedecemos às legislações locais de qualquer natureza. Então, eu diria que, pelo conservadorismo da SAP, a gente sempre escolhe pelo caminho mais conservador, seja alemão seja... Em alguns casos, a legislação americana também é considerada, por ser global. Obviamente, a gente obedece a todas as leis brasileiras nesse caso.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - No dia 1º de outubro de 2004, a PETROBRAS divulgou fato relevante sobre a implantação do sistema integrado Gestão Empresarial SAP/R3. Esse fato relevante foi assinado pelo então Diretor Financeiro de Relações com Investidores, Sr. José Sérgio Gabrielli de Azevedo. V.Sa. tem conhecimento desse fato?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Desculpe-me, essa nota particularmente não vem à minha cabeça. É um termo público, certo? Imagino que esteja no contrato. Eu não estava na SAP nessa época e desconheço.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Foi um anúncio que foi feito para a Bolsa e para órgãos de controle do mercado, exatamente dessa relação com a SAP. Eu gostaria que V.Sa. pudesse explicar um pouco melhor, mas, já que não se recorda, vou passar, então, para a próxima pergunta.

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Eu não estava na companhia nessa época.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Perfeito.

V.Sa. tem conhecimento de que informações confidenciais da PETROBRAS foram vazadas para empresas que tinham interesse em contratar a estatal, como é o caso da SBM Offshore e de empresas do cartel que operava na PETROBRAS. Em sua opinião, o acesso a esses documentos via sistema merece ser reformulado ou a segurança hoje existente é suficiente?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Estou entendendo no que tange ao SAP, às informações no SAP, correto? O SAP é uma plataforma extremamente engessada e completa, justamente para garantir governança das informações. O que tem que ser observado é a informação *per se*. O sistema não tem como qualificar a informação, se ela, de fato, está correta ou não. Não existe esse julgamento. O que a gente consegue claramente defender é a robustez do sistema quanto à informação, mas não a qualidade ou qualquer informação colocada pelos clientes.

**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - V.Sa., portanto, não enxerga nenhuma falha em relação ao controle interno que a PETROBRAS tem hoje dessas informações?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Não, essas informações são providas pelos usuários da empresa, não como um problema no sistema.



**O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS** - Muito obrigado. Agradeço pelas informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Bruno Covas.

Passo a palavra para o autor do requerimento, Deputado João Carlos Bacelar, pelo tempo de até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Sr. Presidente, Deputado Antonio Imbassahy, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Cristina, pelo que eu vi, V.Sa. tem um grande currículo na área de informática. V.Sa. é uma mulher experiente, uma profissional experiente, e sabe das leis de *compliance*, até porque a empresa de V.Sa. é uma empresa alemã e tem a lei de *compliance*, de segurança corporativa, e está acompanhando tudo o que está acontecendo aqui no Brasil em relação à PETROBRAS.

Eu queria fazer algumas perguntas específicas a V.Sa.

A SAP participou alguma vez de cartel, de combinação de preço, de regulação de mercado com outras empresas ou coligadas?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Não, nunca participou.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Relatórios de auditorias realizados pelo Tribunal de Contas da União indicam que em várias estatais foram adquiridos *softwares* da propriedade SAP. A senhora pode afirmar se a única maneira que se tem para comprar o SAP é por meio de inexigibilidade de licitação?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Não, existem várias formas de aquisição: por inexigibilidade, dependendo da solução, mas nós vendemos para órgãos públicos muitas vezes por pregão, por licitações. Então, existem várias formas e nós nos adequamos àquela que é indicada pelo cliente e é seguida olhando os nossos procedimentos e a análise criteriosa dentro da nossa parte de *compliance* e legal.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - A SAP é a única empresa de informática no mercado capaz de oferecer solução de integração que a PETROBRAS necessita?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Depende do produto, da solução, da necessidade de cada cliente. Em alguns casos, o composto da solução, sim. Em alguns casos, quando vamos para licitações, competimos com outros fornecedores.



**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - V.Sa. poderia citar quais são esses casos?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Não tenho aqui, detalhado tecnicamente, quais são os casos. Depende muito, pois são soluções caso a caso. A solução e a necessidade do cliente direcionam qual é o caminho a seguir: por uma inexigibilidade ou por alguma outra forma.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Poderia ser o SAP/R3?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - O SAP/R3 é só a nossa plataforma completa, não é só um produto. Ele é formado de módulos, e alguns módulos são específicos e somente a SAP tem, algumas funcionalidades que somente o SAP tem. Em algumas outras áreas, existem concorrentes. Dessa forma, participamos de vários processos com os concorrentes, com outros fornecedores, mas algumas funcionalidades, sim, são características específicas do SAP, a funcionalidade dentro da solução.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - V.Sa. conhece a empresa Symnetics?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Não, não conheço.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Tem alguma relação, alguma coligada, é coligada do acionista da SAP?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Não, não conheço.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Algumas empresas do Governo, Sra. Cristina, entre elas, Furnas Centrais Elétricas, optaram por fazer concorrência para esse tipo de contratação de *software*. No caso de Furnas, a concorrência foi vencida por outra empresa. Existe uma denúncia formulada pelo Subprocurador-Geral do Ministério Público do Rio de Janeiro, Sr. Paulo Soares Bugarin, que sustenta que a contratação direta dessa empresa sobre a qual perguntei a V.Sa., a Symnetics, ligada à SAP, não encontra fundamento legal, uma vez que haveria no mercado outras empresas de consultoria aptas à tarefa de elaboração de estudos que subsidiou a escolha do referido sistema. Como é que V.Sa. explica isso, já que V.Sa. disse que não conhece essa empresa, e tem essa denúncia do Ministério Público Federal?



**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Não, eu conheço a denúncia na qual a SAP já se posicionou com as provas. Eu desconheço essa empresa. Essa denúncia é de 2000, e eu não estava na companhia nessa época. Quanto à denúncia, a SAP proveu todas as informações necessárias para mostrar a inexigibilidade em função da necessidade do cliente para soluções que eram requeridas.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Tenho aqui, Sr. Presidente, algumas informações, inclusive da *Folha de S.Paulo*, que ligam a SAP a essa empresa. A reportagem da *Folha* denunciou que a SAP, uma das líderes mundiais de *software* empresarial, é sócia indireta dos donos da Symnetics, a consultoria que ajudou a PETROBRAS a realizar essa operação. V.Sa. sabia disso, Sra. Cristina?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Essa informação não procede, não conheço.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Não procede? Então, a denúncia do Ministério Público é infundada?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Eu desconheço, desconheço a empresa e desconheço essa denúncia.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - V.Sa. jurou aqui quando chegou.

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Sim. Eu desconheço essa empresa e desconheço essa denúncia.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - V.Sa. sabe da gravidade se o depoimento não for verídico aqui nesta Comissão?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Sim, sim.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - V.Sa. falou aqui, Sra. Cristina, que desconhece esse teor do Sr. Eike Batista em relação a esse contrato de 1 bilhão que saltou para 5 bilhões, um acréscimo de 4 bilhões de reais, na PETROBRAS. O que V.Sa. tem a dizer sobre isso?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Talvez tenha acontecido um equívoco. Eu não falei que desconheço. O que eu disse é que a informação que ele colocou é um vídeo público. Então, conhecemos todos, está no Youtube. Sim, eu conheço o teor do vídeo, as informações que ele lá prestou são incorretas e não fazem nenhum sentido.



**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Qual seriam os motivos para o Sr. Eike Batista fazer isso? O Sr. Eike Batista é um empresário de responsabilidade.

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Eu desconheço.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Chegou a ser um dos maiores empresários mundiais, e tudo bem que foi vendendo ilusão, mas chegou a ser um dos maiores empresários individuais do mundo. O que teria levado o Sr. Eike Batista a fazer esse tipo de denúncia em relação à empresa? Será que ele também estava vendendo ilusão ali?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Eu desconheço os motivos. Acho que essa pergunta seria cabível para o Eike. Não tenho como me posicionar nesse tema.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - V.Sa. aceitaria uma acareação de V.Sa. com o Sr. Eike aqui nesta CPI? V.Sa. responderia aqui na acareação, se fosse convocado aqui?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Eu prefiro mostrar, com todas as informações, que aquela informação está incorreta. Nós já nos dispusemos a mostrar as informações. Se for necessária alguma outra informação, estamos disponíveis.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Mas os dados que temos aqui é que o faturamento da SAP na PETROBRAS teve saldos significativos, principalmente nos períodos eleitorais. Eu tenho aqui a tabela de faturamento nos últimos 10 anos da empresa na PETROBRAS. E eu acho que o Sr. Eike não é irresponsável a ponto de fazer uma denúncia dessas num vídeo com a fala dele, com o rosto dele, ele mesmo falando sobre isso, se ele não tivesse algum fundamento.

Então, Sr. Presidente, queríamos aqui propor a esta Comissão uma acareação do Sr. Eike Batista, até porque tem um requerimento aqui do Deputado Altineu Côrtes, também do nosso partido, o Partido da República, pedindo a vinda do Sr. Eike Batista a esta Comissão. E aí iríamos propor aqui uma acareação do Sr. Eike com a Sra. Cristina Palmaka até para poder elucidar esses fatos.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado João Carlos Bacelar.

Passo a palavra para o Deputado Izalci pelo tempo de até 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, eu até pediria para somar o tempo da Liderança, se necessário.

Bem, em primeiro lugar, é evidente que o Eike Batista, inclusive é o motivo de um requerimento meu, que ainda deve ser aprovado, para explicar uma série de coisas relacionadas às empresas dele.

Mas eu quero aqui cumprimentar a Sra. Cristina, que é inclusive contadora, e eu também sou contador, então, eu parablenizo V.Sa. pelo trabalho lá da empresa, que é uma grande empresa.

Eu gostaria só de algumas informações, não sei se V.Sa. tem conhecimento, porque V.Sa. assumiu a Presidência em 2013.

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Sim, em outubro de 2013.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - A gente tem informação de que a BR Distribuidora já operava o sistema desde 2002, maio de 2002. A BR foi a primeira a se instalar nessa...

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Eu não tenho certeza, podemos verificar. É uma parte da..., eles usam também a SAP, mas não tenho precisão da data.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Tem ideia de quem começou essas negociações? Porque, de fato, com esse tipo de *software*, normalmente não dá para fazer licitação aberta, porque são coisas de detalhes que talvez nem todo sistema tem. Então, é comum realmente a dispensa de licitação. Mas, quem iniciou esse processo de negociação entre a empresa e a PETROBRAS?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Foi há 15 anos, em 1999. Então, eu desconheço os detalhes de como o processo foi conduzido. Reforço que foram conduzidos respeitando as políticas da SAP, como a gente faz em todos os clientes, públicos e privados, mas não tenho os detalhes de 1999, de como foi conduzido ou quem estava lá.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Iniciou lá?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Em 1999 foi o primeiro contrato.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - E houve os aditivos num volume maior a partir de 2006, quando houve o processo de internacionalização da PETROBRAS?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Uma vez que você tem um contrato e é só uma expansão, ele é feito normalmente por aditivo, porque você contratou, você tem mais usuários e vai usar a mesma solução. Qualquer coisa diferente, aí, sim, são novos contratos, porque você tem que de novo analisar a solução, os volumes e fazer os contratos acontecerem.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Tem ideia de quanto saltou isso? Mas foi proporcional ao número do...

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Em 2006 e 2010, como complementei para o Deputado Bruno Covas, foram períodos, sim, a gente revisou esses contratos. São períodos de 3 anos o contrato de 2006, foi feito considerando as soluções vendidas e mais manutenção de 3 anos. Em 2010, foram as soluções vendidas mais a manutenção de 5 anos. Então, ele não é um desembolso em um único ano, só o contrato e a assinatura contemplam o volume maior, porque contemplam mais anos de manutenção do *software* nesse contrato.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É evidente que nesse período quem cuidou disso foi o Departamento Comercial?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Exato.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Nessa relação da PETROBRAS, quem cuidava da PETROBRAS, não no aspecto técnico, mas na questão comercial, da implementação de aditivos e tal? Quem cuida disso na empresa?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - A SAP é uma empresa bastante completa e às vezes complexa. Não é o departamento ou o vendedor ou a diretoria que define preço e a solução. Pela complexidade da solução, a gente trabalha com equipes de pré-vendas para identificar a necessidade, qual é produto, qual a solução. E, uma vez identificada a solução final, que é composta de vários componentes, chega-se a uma precificação, e essa precificação também não é dada pelo vendedor, pela área comercial, ela passa da minha alçada de atuação. Então, você passa para todos os níveis, desde comerciais, legais, jurídicos, para validar se o escopo e a precificação estão corretos. Então, ninguém tem alçada. Uma área comercial na SAP não consegue fazer uma proposta dessa natureza.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Entendi. Tem conhecimento — e parece que já foi respondido isso aqui — se a SAP fez alguma doação de campanha nesses últimos anos, seja para partido, seja para campanha?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - A SAP nunca faz, a nossa política proíbe qualquer atuação nem com o eleitorado nem com nenhum partido político.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não há nenhuma doação, nenhuma contribuição? É política da empresa?

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - A política é muito clara na proibição da nossa participação no aspecto político.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É evidente que nós conhecemos bastante a empresa, o tamanho, a responsabilidade e a competência. Agora, o que a gente discute aqui muitas vezes, essa dúvida nossa não é em relação a SAP, a nossa dúvida é porque tudo que aconteceu na PETROBRAS, tudo, aliás, na PETROBRAS não, no Governo de um modo geral, basta ver agora o sistema de *software* do Ministério do Planejamento. Nada neste Governo tem acontecido de uma forma normal, sempre tem a corrupção ou o pagamento de propina ou algum benefício em relação a isso. Eu sei que não é o caso em função da empresa, mas não em função da PETROBRAS, porque, na PETROBRAS nós já detectamos também que, mesmo em outros contratos, houve superfaturamento. Eles utilizaram mecanismo de carta-convite exatamente para facilitar o superfaturamento, a emissão de notas, a utilização de empresas fantasmas, etc.

Então, o nosso questionamento e a nossa dúvida aqui na CPI não é relacionada à empresa SAP, é relacionada à própria PETROBRAS e ao próprio Governo, porque, mesmo na área de *software* de sistemas, o Governo também não tem perdoado, ou seja, tudo praticamente que tem sido feito nos últimos anos foi feito de uma forma organizada, premeditada e sistemática no caminho da corrupção.

Por isso, as empresas que prestam serviços de um modo geral acabam também sendo questionadas. Eu não tenho dúvidas de que essa empresa tenha realmente o padrão internacional e, por ser alemã, inclusive se torna mais séria, porque são empresas que são mais controladas.

Portanto, eu quero dizer aqui que o nosso questionamento e a nossa preocupação com relação a isso é mais por parte da PETROBRAS, tendo em vista



que já há elementos aqui suficientes para ver que havia realmente o sistema de corrupção instalado na empresa com a participação das diretorias.

Eu não sei, acho que ainda não vimos, se a Diretoria de Informática, e deve haver uma diretoria de informática também, como é que está sendo, nós vamos depois apurar. Por enquanto, nós estamos na de serviço ainda, do Duque, do Nestor Cerveró, internacional, e de abastecimento, do Paulo Roberto Costa. Na informática nós não entramos.

Estou satisfeito, Sr. Presidente, mas a dúvida é que é estranho, quer dizer, será que salvaram apenas a parte de informática? É possível que tenha, mas não por parte da empresa, que essa é uma empresa realmente bastante reconhecida no mercado.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Izalci.

Passo a palavra para o Deputado João Gualberto. (*Pausa.*)

Na ausência do Deputado João Gualberto, passo a palavra para o Deputado Carlos Marun pelo tempo de até 3 minutos. Em seguida, falarão o Deputado Ivan Valente, que não se encontra, e a Deputada Eliziane Gama, que é a última Deputada inscrita.

**O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN** - Aqui ninguém mais fala? Então, eu declino também. Já que não acompanhei até agora, eu não me sinto em condições de fazer inquisições.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Agradeço ao Deputado Carlos Marun.

Não havendo mais nenhum Deputado inscrito para o debate, concedo a palavra para a depoente fazer as considerações, os comentários finais.

**A SRA. CRISTINA PALMAKA** - Bom, saímos com algumas informações para poder seguir colaborando de forma extremamente transparente e ética, que é a forma que a SAP trabalha mundialmente no Brasil. A gente reforça os princípios da governança e os trabalhos que estão sendo aqui conduzidos, e estaremos com o suporte do nosso time endereçando a forma apropriada para possíveis futuros esclarecimentos. Sigo à disposição de qualquer necessidade.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Antonio Imbassahy) - Eu quero cumprimentar V.Sa. pelo depoimento. V.Sa. respondeu todas as perguntas, e respondeu todas as perguntas de maneira precisa, clara e segura. Compreendo — e acho que essa é a compreensão da maioria dos membros, pelo menos é a minha convicção — que V.Sa. prestou uma colaboração importante para esta CPI.

Nós estamos convivendo aqui com convocados, depoentes, que chegam aqui às vezes protegidos por *habeas corpus*, liminares, e se recusam literalmente a colaborar. Certamente é um direito que assiste a cada um não se autoincriminar. Isso às vezes frustra a CPI, porque não conseguimos avançar nem esclarecer dúvidas, mas o comportamento de V.Sa. foi bastante distinto dos demais. Portanto, eu faço questão de fazer esse registro e agradecer a V.Sa. e também dispensá-la.

Muito obrigado.

Não havendo mais nada a deliberar, declaro encerrada a reunião.